



PROGRAMA ESG-FIEC

CADERNO GERAL DE INDICADORES



Federação das Indústrias do Estado do Ceará

Documento:	Caderno Geral de Indicadores
Versão:	1.2
Lançamento:	05/2024
Autora:	FIEC – Federação das Indústrias do Estado do Ceará Avenida Barão de Studart, 1980 Aldeota – Fortaleza/CE - CEP 60.120-024 (85) 3421.4201 esg@sfiec.org.br

A elaboração deste material contou com a consultoria e a assessoria da www.ecovalor.eco.br



© 2021 Todos os direitos reservados

Documento sujeito a revisão.
Consulte o website do Programa ESG-FIEC para identificar e ter acesso à versão em vigor.



Sumário

TÓPICOS E INDICADORES	6
ENVIRONMENTAL (Ambiental)	9
GE 01: Licenciamento Ambiental	9
GE 02: Cadastro Técnico Federal (IBAMA) e TCFA	11
GE 03: Outorga de Uso da Água	13
GE 04: Histórico de responsabilizações administrativas, cíveis e criminais ambientais	14
GE 05: Gestão Energética	16
GE 06: Energia renovável	18
GE 07: Gestão hídrica	20
GE 08: Efluentes líquidos industriais	22
GE 09: Efluentes líquidos sanitários	24
GE 10: Gestão de Resíduos Sólidos	26
GE 11: Armazenamento de Resíduos Sólidos	28
GE 12: Destinação de Resíduos Sólidos	30
GE 13: Inventário das emissões de gases de efeito estufa (GEE)	32
GE 14: Gestão das emissões de gases de efeito estufa (GEE)	34
GE 15: Uso de Matérias-primas Sustentáveis	36
GE 16: Redução da Intensidade de Carbono na Cadeia de Suprimentos	38

Continuação sumário →

SOCIAL	40
GS 01: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	40
GS 02: Certidão negativa de regularidade fiscal	41
GS 03: Registro de Funcionários	42
GS 04: Certificado de Conformidade – Corpo de Bombeiros	43
GS 05: Programa de Gerenciamento de Riscos	44
GS 06: Alvará Sanitário e de Funcionamento	45
GS 07: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)	46
GS 08: Inexistência de trabalho infantil, forçado ou análogo ao escravo	47
GS 09: Trabalho estrangeiro	49
GS 10: Assédio e Abuso	50
GS 11: Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)	52
GS 12: Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)	54
GS 13: Saúde e Segurança Ocupacional	56
GS 14: Condição das Instalações	58
GS 15: Diversidade	60
GS 16: Liderança Feminina	62
GS 17: Empregabilidade de pessoas com deficiência (PcD)	64
GS 18: Benefícios	66
GS 19: Remuneração	68
GS 20: Clima Organizacional	70
GS 21: Desenvolvimento profissional	72
GS 22: Desenvolvimento Local	74
GS 23: Gestão da cadeia de valor	76
GS 24: Satisfação dos clientes	78
GS 25: Participação em Projetos de Impacto Social	80
GS 26: Programas Qualidade de Vida e Saúde Mental	82

Governance (Governança)	84
GG 01: Estrutura de governança da sustentabilidade	84
GG 02: Política de sustentabilidade	86
GG 03: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	88
GG 04: Engajamento da cadeia de valor	90
GG 05: Ética e Conduta	92
GG 06: Concorrência Leal	94
GG 07: Anticorrupção e Antissuborno	96
GG 08: Lei Geral de Proteção de Dados	98
GG 09: Identificação e seleção dos stakeholders (partes interessadas)	100
GG 10: Engajamento de stakeholders (partes interessadas)	102
GG 11: Definição do escopo de materialidade	104
GG 12: Desdobramento da Política de Sustentabilidade em metas e indicadores	106
GG 13: Capacitação e desenvolvimento das lideranças	108
GG 14: Divulgação das práticas ESG	110
GG 15: Prevenção à maquiagem verde (greenwashing)	112
GG 16: Certificações e Reconhecimento	114
GG 17: Planejamento estratégico	116
GG 18: Estrutura de Governança	118
GG 19: Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	120
GG 20: Inovação e ESG	122
GG 21: Índice de Transparência e Governança Corporativa	124
GG 22: Eficiência do controle e mitigação dos riscos	126

TÓPICOS E INDICADORES

Environmental (Ambiental)		
Tópicos	Códigos	Indicadores
Compliance	GE 01	Licenciamento ambiental
	GE 02	Cadastro Técnico Federal (IBAMA) e TCFA
	GE 03	Outorga de uso da água
	GE 04	Histórico de responsabilizações administrativas, cíveis e criminais ambientais
Energia	GE 05	Gestão energética
	GE 06	Energia renovável
Água e efluentes	GE 07	Gestão hídrica
	GE 08	Efluentes líquidos industriais
	GE 09	Efluentes líquidos sanitários
Resíduos Sólidos	GE 10	Gestão de resíduos sólidos
	GE 11	Armazenamento de resíduos sólidos
	GE 12	Destinação de resíduos sólidos
Emissões GEE	GE 13	Inventário de emissões de gases de efeito estufa
	GE 14	Gestão das emissões de gases de efeito estufa
Suprimentos	GE 15	Uso de Matérias-Primas Sustentáveis
	GE 16	Redução da Intensidade de Carbono na Cadeia de Suprimentos

Social		
Tópicos	Códigos	Indicadores
Compliance	GS 01	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
	GS 02	Certidão Negativa de Regularidade Fiscal
	GS 03	Registro de Funcionários
	GS 04	Certificado de Regularidade – Corpo de Bombeiros
	GS 05	Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR)
	GS 06	Alvarás Sanitários e de Funcionamento
	GS 07	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)
Práticas e Relações de Trabalho	GS 08	Inexistência de trabalho infantil, forçado ou análogo ao escravo
	GS 09	Trabalho estrangeiro
	GS 10	Assédio e Abuso
	GS 11	Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)
Saúde e Segurança do Trabalho	GS 12	Equipamentos de Proteção Individual (EPI)
	GS 13	Saúde e Segurança Ocupacional
	GS 14	Condição das Instalações
	GS 15	Diversidade
	GS 16	Liderança Feminina
	GS 17	Empregabilidade de pessoas com deficiência (PcD)
	GS 18	Benefícios
Engajamento e satisfação dos colaboradores	GS 19	Remuneração
	GS 20	Clima Organizacional
	GS 21	Desenvolvimento profissional
	GS 22	Desenvolvimento Local
Cadeia de Abastecimento	GS 23	Gestão de fornecedores
Clientes	GS 24	Satisfação dos clientes
Impacto Social	GS 25	Participação em Projetos de Impacto Social
	GS 26	Programas Qualidade de Vida e Saúde Mental

Governance (Governança)		
Tópicos	Códigos	Indicadores
Governança da Sustentabilidade	GG 01	Estrutura de governança da sustentabilidade
	GG 02	Política de sustentabilidade
	GG 03	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
	GG 04	Engajamento da Cadeia de Valor
Compliance	GG 05	Ética e Conduta
	GG 06	Concorrência Leal
	GG 07	Anticorrupção e Antissuborno
Engajamento de Stakeholders	GG 08	Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)
	GG 09	Identificação e seleção dos stakeholders (partes interessadas)
	GG 10	Engajamento de stakeholders
	GG 11	Definição do Escopo de Materialidade
Gestão Estratégica da Sustentabilidade	GG 12	Desdobramento da Política de Sustentabilidade em Metas e Indicadores
	GG 13	Capacitação e Desenvolvimento das lideranças
Reporte	GG 14	Divulgação das práticas ESG
	GG 15	Prevenção à maquiagem verde (greenwashing)
Reconhecimento	GG 16	Certificações e Reconhecimento
Governança e Estratégia	GG 17	Planejamento Estratégico
	GG 18	Estrutura de governança
Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento	GG 19	Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)
	GG 20	Inovação e ESG
Transparência	GG 21	Índice de Transparência e Governança Corporativa
	GG 22	Eficiência do Controle e Mitigação dos Riscos

ENVIRONMENTAL (Ambiental)

GE 01: Licenciamento Ambiental

Tópico: Compliance



Não conforme

A indústria não possui licenças ambientais para uma ou mais das atividades que realiza, ou há licenças vencidas.

0



Iniciante

A indústria possui licença ambiental em vigor para todas as atividades realizadas e sujeitas ao licenciamento ambiental.

0

OBRIGATÓRIO



Sensibilizada

Além de atender ao nível anterior, a indústria dispõe de um método ativo de monitoramento para cumprimento das condições, restrições e prazos estabelecidos nos documentos.


6



Consciente

Além de atender ao nível anterior, a indústria realiza periodicamente a determinação dos requisitos legais ambientais aplicáveis a suas atividades, atualizando este levantamento com periodicidade predefinida.

8



Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria realiza auditorias internas com o objetivo de verificar a conformidade dos requisitos legais e outros requisitos aplicáveis às suas atividades.

10

Descrição

A indústria deve possuir licenças ambientais válidas e em vigor, emitidas pelos órgãos ambientais competentes, para todas as atividades sujeitas ao licenciamento que esteja realizando. Essas atividades não se restringem às unidades fabris, envolvem também o transporte de produtos perigosos, a instalação de novas unidades ou ampliação das já existentes (atividades de construção civil), atividades florestais, dentre outras.

Recomenda-se que a indústria tenha, também, um método ativo de monitoramento dos prazos para cumprimento das condições e restrições impostas pelas licenças, bem como para entrega de relatórios e laudos de análise, e do próprio vencimento do documento licenciatório. Orientações documentadas regulando o fluxo de prévia obtenção de licenças antes de alterações e ampliações das atividades sujeitas a licenciamento também é uma boa prática.


Por fim, para os níveis de maturidade mais elevados, exige-se o mapeamento não só das condições e restrições impostas pelas licenças, mas também a determinação dos requisitos legais ambientais aplicáveis, e a realização de campanhas de auditorias internas para verificação da conformidade em relação aos requisitos legais e outros requisitos. Recomenda-se a realização de, no mínimo, uma auditoria ambiental interna por ano.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor as licenças em vigor. Em caso de isenção de licenciamento, deverá ser apresentada declaração de isenção expedida pelo órgão ambiental competente ou, em caso de impossibilidade, uma autodeclaração da indústria de que é isenta de licenciamento, com o fundamento normativo/legal. Quanto ao método de monitoramento, o sistema deve ser detalhado e/ou apresentado ao auditor.

GE 02: Cadastro Técnico Federal (IBAMA) e TCFA


Tópico: Compliance



Não conforme

A indústria não possui Certificado de Regularidade (CR) do IBAMA válido para todas as suas unidades controladas.

0




Sensibilizada

A indústria possui certificado de Regularidade (CR) do IBAMA válido para todas as suas unidades controladas.

0


OBRIGATÓRIO



Consciente

Além de atender ao nível anterior, a indústria possui Certidão Negativa de Débitos (CND) do IBAMA válida para todas as suas unidades controladas.

8



Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria avalia o Certificado de Regularidade (CR) de sua cadeia de valor (fornecedores e terceirizados regulares) no processo de homologação, devendo este estar em conformidade para que o fornecimento seja autorizado.

10

Descrição

A indústria que realiza atividades potencialmente poluidoras ou a extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora, está obrigada a manter registro no CTF – Cadastro Técnico Federal, conforme a Lei N° 6.938/1981 (art. 17, inc. II).

No que tange à regularidade do registro no CTF, é comprovada mediante a expedição do documento chamado Certificado de Regularidade (CR), o qual também é obtido no website do IBAMA. Sua emissão não é bloqueada por eventuais pendências tributárias, mas apenas se alguma obrigação acessória não estiver sendo atendida, como a entrega dos relatórios de atividades potencialmente poluidora (RAPP), cuja frequência é anual.

Verificação


Deverá estar à disposição do auditor o Certificado de Regularidade e/ou a Certidão Negativa de Débitos de todas as unidades incluídas no escopo da auditoria. Em caso de verificação da regularidade da cadeia de valor, deverão ser apresentados os documentos que atestam o controle e os arquivos com as certidões recebidas.

GE 03: Outorga de Uso da Água

Tópico: Compliance

ODS relacionado






Não conforme

A indústria não possui Outorga de Uso da Água emitida para todas as atividades de captação.

0



Conforme

A indústria possui Outorga de Uso da Água para todas as atividades de captação e/ou lançamento, ou cadastro de regularização provisória na forma da lei e normas ambientais aplicáveis.

OBRIGATÓRIO

0

Descrição

A indústria que realiza captação de água superficial ou subterrânea, indiferentemente da finalidade de uso (industrial, consumo humano etc.) está sujeita à prévia obtenção de outorga concedida pelos órgãos ambientais competentes. Em alguns casos, mesmo o lançamento de efluentes líquidos industriais e/ou sanitários tratados em cursos d’água está sujeito à outorga.

Verificação

A indústria deverá entregar uma lista relacionando todas as unidades que estão inseridas no escopo da auditoria com suas respectivas fontes de água. Além disso, no caso de captação distinta da rede pública, deverá estar à disposição do auditor Outorga de Uso da Água fornecida pelo órgão ambiental competente, caso aplicável.

GE 04: Histórico de responsabilizações administrativas, cíveis e criminais ambientais

Tópico: Compliance

	<div>Não conforme</div> <p>A indústria foi condenada, com trânsito em julgado, em processo administrativo ou judicial em matéria ambiental, pelo cometimento de infração e/ou ato ilícito, estando inadimplente com as obrigações decorrentes da condenação ou, caso esteja adimplente, a condenação diz respeito a danos ambientais graves. A inadimplência de compromissos pactuados em Termos de Ajustamento de Conduta ou instrumentos similares também caracteriza não conformidade, bem como a falta de entrega da relação de processos ativos.</p> <div>0</div>
	<div>Consciente</div> <p>A indústria foi condenada, com trânsito em julgado, em processo ambiental, mas está adimplente com as obrigações decorrentes de sua condenação, como o pagamento de multas. A execução de projetos de recuperação de áreas degradadas, também será considerada conforme, desde que em dia com o cumprimento do cronograma, assim como a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta ou instrumentos similares e que estão sendo tempestivamente cumpridos.</p> <div>OBRIGATÓRIO</div> <div>0</div>
	<div>Engajada</div> <p>A indústria não foi condenada, com trânsito em julgado, em processo administrativo ou judicial, cível e criminal, em matéria ambiental, nos últimos 02 (dois) anos, a contar da data de celebração do Termo de Adesão ou de Recertificação do Programa. A relação de processos ativos foi entregue.</p> <div>10</div>

Descrição

A indústria que comprovar não ter sido condenada, com trânsito em julgado, em processo administrativo ou judicial, cível e criminal, em matéria ambiental, nos últimos 02 (dois) anos, alcançará o nível mais elevado de maturidade deste indicador. Caso a indústria tenha sido condenada, com trânsito em julgado, em processo ambiental no período supramencionado, mas esteja adimplente com as obrigações decorrentes de sua condenação, como pagamento de multas e/ou execução de projetos de recuperação de áreas degradadas, também será considerada conforme. A conformidade também alcança a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta ou instrumentos similares, regularmente cumpridos.

Verificação

A indústria deve apresentar um relatório contendo os processos administrativos e judiciais ambientais ativos. No caso da celebração de termos, acordos e/ou transações, cópias dos instrumentos devem ser fornecidas, bem como todas as evidências de cumprimento. Devem ser incluídos os processos e procedimentos instaurados nos últimos 2 anos, a contar da data de elaboração do documento.



GE 05: Gestão Energética

Tópico: Energia

Não conforme

A indústria não monitora o consumo de energia elétrica por suas unidades controladas, nem o consumo de combustíveis por máquinas, equipamentos e veículos de sua frota própria.

0

Iniciante

A indústria monitora o consumo de energia elétrica por suas unidades controladas, bem como o consumo de combustíveis por máquinas, equipamentos e veículos de sua frota própria.

OBRIGATÓRIO

4

Sensibilizada

Além de atender ao nível anterior, a indústria estabelece metas de eficiência energética, tanto para energia elétrica, quanto para combustíveis.

6

Consciente

Além de atender ao nível anterior, a indústria possui registros e/ou relatórios de melhorias implementadas para aumento da eficiência energética.

8

Engajada

Além de atender ao nível anterior, ao menos uma unidade controlada pela indústria possui selos que comprovam a eficiência energética em suas instalações, tais como LEED, Aqua ou similares.

10

Descrição

O consumo consciente dos recursos energéticos é fundamental para a sustentabilidade de uma indústria. A otimização do uso destes recursos reflete nos custos de produção, bem como nos impactos ambientais causados, a depender da quantidade consumida e das fontes. A gestão energética visa à redução do consumo e o uso de fontes renováveis, dentre diversas outras estratégias. No tocante à quantidade consumida, é imperativo que se tenham registros e que seja feita periodicamente a análise técnica dessas informações, recomendando-se a adoção de metas de redução de consumo por produção, faturamento ou indicador similar.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor os registros e as planilhas de monitoramento do consumo de energia utilizados pela organização, tais como evidências das metas estipuladas, planos de ação e relatórios de melhoria implementada, caso aplicável.

ODS relacionado

7 ENERGIAS RENOVÁVEIS

GE 06: Energia renovável

Tópico: Energia

Não conforme

A indústria consome 100% de sua energia elétrica no mercado cativo, não fazendo uso de autogeração solar, eólica ou biomassa, nem adquirindo RECs.

0

Iniciante

Entre 1% e 25% da energia elétrica consumida pela empresa é oriunda de energia solar, eólica, biomassa ou hidrogênio verde, seja por meio de autogeração seja por aquisição no ambiente de contratação livre.

4

Sensibilizada

Entre 26% e 50% da energia elétrica consumida pela empresa é oriunda de energia solar, eólica, biomassa ou hidrogênio verde, seja por meio de autogeração, seja por aquisição no ambiente de contratação livre.

6

Consciente

Entre 51% e 75% da energia elétrica consumida pela empresa é oriunda de energia solar, eólica, biomassa ou hidrogênio verde, seja por meio de autogeração seja por aquisição no ambiente de contratação livre.

8

Engajada

Entre 76% e 100% da energia elétrica consumida pela empresa é oriunda de energia solar, eólica, biomassa ou hidrogênio verde, seja por meio de autogeração, seja por aquisição no ambiente de contratação livre.

10

Descrição

O consumo de energia oriunda de fontes renováveis é vital para a redução do aquecimento global, fenômeno que está sendo agravado a partir da utilização massiva de combustíveis de origem fóssil para a geração de energia elétrica. São exemplos de fontes renováveis: hídrica, solar, eólica, biomassa, geotérmica e maremotriz.

O Programa ESG-FIEC, com o intuito de estimular a diversificação da matriz energética do Estado e do País, está estimulando em específico a geração das fontes solar, eólica, biomassa e hidrogênio verde.

Orientação: o percentual de energia renovável utilizada pode ser comprovado também por meio de Certificados de Energia Renovável (RECs) e, neste caso, é irrelevante a fonte, podendo ser diversa de solar, eólica, biomassa ou hidrogênio verde.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor evidências da matriz energética utilizada para geração da energia consumida pela indústria, tais como contratos de compra de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), Certificados de Energia Renovável (RECs), entre outros.



GE 07: Gestão hídrica

Tópico: Água e efluentes

Não conforme

A indústria não monitora o consumo de água, por tipo de fonte.

0

Iniciante

A indústria monitora o consumo de água, por tipo de fonte.

OBRIGATÓRIO

0

Sensibilizada

Além de atender ao nível anterior, a indústria estabelece metas de redução de consumo.

6

Consciente

Além de atender ao nível anterior, a indústria possui registros e/ou relatórios de melhorias implementadas para redução do consumo.

8

Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria possui tecnologias implementadas para a reutilização e/ou reaproveitamento de água (exemplos: cisternas para captação de água da chuva, e tratamento de efluentes indústrias em ciclo fechado, com reuso).

10

Descrição

Apesar de nosso planeta ser composto por 70% de água, esse bem é mais escasso do que aparenta, quando considerado que 97% do total pertence aos oceanos, outros 2% estão retidos nas calotas polares e geleiras, restando apenas 1% do total disponível em água doce passível de utilização para consumo humano.

Fenômenos como as mudanças climáticas também afetam diretamente os regimes de chuvas, tornando a água um recurso cada vez mais escasso e evidenciando a necessidade de adoção de medidas de redução de consumo. Cabe às indústrias definir políticas e ações internas que visem a uma otimização na utilização deste recurso, reduzindo ao máximo os desperdícios.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor os registros e as planilhas de monitoramento do consumo de água utilizada pela indústria, tais como evidências das metas estipuladas, planos de ação e relatórios de melhorias implementadas caso aplicável.



GE 08: Efluentes líquidos industriais

Tópico: Água e efluentes

	<div>Não conforme</div> <p>A indústria não possui sistema de monitoramento dos efluentes líquidos industriais gerados, ou os dados indicam não atendimento aos padrões de lançamento aplicáveis, de forma reiterada.</p> <div>0</div>
	<div>Sensibilizada</div> <p>A indústria possui sistema de monitoramento contínuo dos efluentes líquidos industriais gerados, com - no mínimo - vazão, padrões de lançamento aplicáveis e resultados das análises periódicas, com verificação do atendimento habitual.</p> <p>OBRIGATÓRIO</p> <div>0</div>
	<div>Consciente</div> <p>Além de atender ao nível anterior, a indústria estabelece metas de redução dos efluentes gerados, bem como possui evidências de ações visando à redução.</p> <div>8</div>

	<div>Engajada</div> <p>A indústria reaproveita/recicla 100% dos efluentes líquidos industriais gerados, em suas próprias atividades ou mediante parcerias com outras indústrias.</p> <div>10</div>
--	--

Descrição

A indústria que gera efluentes líquidos, em seu processo produtivo, deve comprovar o regular tratamento, interno ou externo, bem como o lançamento em conformidade com a legislação ambiental aplicável. O controle destes efluentes pressupõe o monitoramento contínuo de fatores como vazão e padrões de lançamento, conforme parâmetros de qualidade aplicáveis. Práticas como reaproveitamento, reciclagem e projetos para redução da geração também são valorizados.

Observação: No caso de terceirização do processo de tratamento de efluentes líquidos industriais, a empresa deverá obrigatoriamente apresentar os seguintes documentos: i) Licença de operação do terceirizado; ii) Contrato de prestação de serviços; e iii) Registros da movimentação e transporte do efluente líquido industrial. Não cabe exigir da indústria auditada que tenha ciência e controle sobre os resultados das análises dos efluentes tratados pela empresa terceirizada, assim como de sua eficiência, bastando a licença ambiental estar válida e o balanço hídrico entre geração e destinação estar evidenciado.

Verificação

Deverá estar à disposição do auditor a planilha de monitoramento contínuo dos efluentes líquidos industriais gerados, os documentos que evidenciam as metas de redução, as evidências de implementação das ações, do reaproveitamento e/ou da reciclagem.



GE 09: Efluentes líquidos sanitários

Tópico: Água e efluentes

	<div>Não conforme</div> <p>A indústria não possui sistema de monitoramento dos efluentes líquidos sanitários gerados, ou o sistema aponta não atendimento aos padrões de lançamento aplicáveis, de forma reiterada, sem dispor a indústria de evidências de que está realizando ações para regularizar a situação.</p> <div>0</div>
	<div>Consciente</div> <p>A indústria possui sistema de monitoramento contínuo dos efluentes líquidos sanitários gerados, com – no mínimo – vazão, padrões de lançamento aplicáveis, resultados das análises periódicas (frequência mínima anual) e verificação do atendimento. Contudo, um ou mais do(s) parâmetro(s) não está(ão) em conformidade com os padrões de lançamento aplicáveis, dispondo a indústria de evidências de que está realizando ações para regularizar a situação.</p> <div>8</div>
	<div>Engajada</div> <p>A indústria possui sistema de monitoramento contínuo dos efluentes líquidos sanitários gerados, com – no mínimo – vazão, padrões de lançamento aplicáveis, possui resultados das análises periódicas (frequência mínima anual) e verificação do atendimento, estando os padrões de lançamento em conformidade com as normas aplicáveis.</p> <div>10</div>

Descrição

A indústria que gera efluentes líquidos sanitários deve comprovar o seu regular e adequado tratamento, interno ou externo, bem como o lançamento em conformidade com a legislação ambiental aplicável. A gestão destes efluentes pressupõe o monitoramento contínuo de fatores como vazão e os padrões de lançamento, conforme parâmetros de lançamento aplicáveis e seus limites.

Verificação

Deverá estar à disposição do auditor a planilha de monitoramento contínuo dos efluentes líquidos sanitários gerados.

ODS relacionado

12

PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

GE 10: Gestão de Resíduos Sólidos

Tópico: Resíduos Sólidos

Não conforme

A indústria não elaborou e/ou não implementou o PGRS, conforme o conteúdo mínimo exigido na PNRS, e/ou o plano está desatualizado e/ou não possui responsável técnico habilitado, quando exigido por Lei.

0

Sensibilizada

A indústria elaborou e implementou PGRS, conforme o conteúdo mínimo exigido na PNRS. O plano é atualizado periodicamente e possui responsável técnico devidamente habilitado para a função, quando exigido por Lei.

OBRIGATÓRIO

0

Consciente

Além de atender ao nível anterior, a indústria possui um sistema de metas para redução da geração de resíduos, sujeito ao monitoramento contínuo.

8

Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria apresentou projetos concluídos e/ou em andamento para reutilização e/ou reciclagem de resíduos.

10

Descrição

No Brasil, a gestão de resíduos sólidos é regida pela Lei Federal Nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), bem como por seu regulamento (Decreto Federal Nº 7.404/2010). Diversos estados possuem legislações e normas administrativas próprias regulamentando a temática. As indústrias devem cumprir as obrigações impostas pela legislação aplicável.

Um dos instrumentos estabelecidos pela PNRS é o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), que tem seu conteúdo mínimo estabelecido pelo art. 21 da referida Lei. Trata-se de um conjunto de ações exercidas nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Orientação: No caso de resíduos sólidos da construção civil (RSCC), o PRGS deve ser substituído pelo PGRCC (Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil), conforme Resolução CONAMA Nº 307/2002.

Verificação

Deverá estar à disposição do auditor o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) da indústria, tal como registros dos treinamentos realizados e a Anotação de Responsabilidade Técnica do profissional responsável.

ODS relacionado


12

PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS



GE 11: Armazenamento de Resíduos Sólidos


Tópico: Resíduos Sólidos



Não conforme

A indústria não armazena os resíduos sólidos industriais em conformidade com as Normas ABNT NBR 11.174:1990 e 12.235:1992.

0



Conforme

A indústria armazena os resíduos sólidos gerados de forma adequada, respeitando as Normas ABNT NBR 11.174:1990 e 12.235:1992.

OBRIGATÓRIO

0

Descrição

Uma das etapas críticas da gestão de resíduos sólidos é o armazenamento temporário dos materiais dentro das instalações das unidades fabris, até sua coleta, transporte ou destinação e disposição final. Resíduos sólidos industriais perigosos (classe I), principalmente, oferecem riscos de danos à saúde humana e ao meio ambiente (contaminação edáfica e hídrica), além de inflamabilidade. As áreas de armazenamento de resíduos deverão estar em conformidade para com as seguintes normas:

- ABNT NBR 11.174:1990 - armazenamento de resíduos classes IIA e IIB; e
- ABNT NBR 12.235:1992 - armazenamento de resíduos sólidos perigosos (classe I).

Verificação

A conformidade com este indicador será verificada por meio da realização de vistoria no local e bem como por meio de relatórios fotográficos.

GE 12: Destinação de Resíduos Sólidos

Tópico: Resíduos Sólidos



Não conforme

A indústria não registra e/ou não monitora regularidade do transporte e da destinação de resíduos sólidos industriais.

0



Sensibilizada

A indústria registra e monitora a destinação de resíduos sólidos industriais. Todo o trânsito de resíduos é coberto por MTR – Manifesto de Transporte de Resíduos, e não há destinação para receptores sem o devido licenciamento ambiental.

0


OBRIGATÓRIO



Consciente

Além de atender ao nível anterior, a indústria dispõe, no máximo, 50% dos seus rejeitos em aterros, possuindo metas para zerar este tipo de disposição até 2030.

8



Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria é uma companhia “Zero Aterro” não dispondo nenhum de seus resíduos em aterros.

10

Descrição

A indústria deve ter um sistema de registros referentes aos resíduos gerados e/ou utilizados nas suas instalações, comprovando a geração, quantificação e destinação ambientalmente adequada dos resíduos. Um exemplo do sistema de registros é uma planilha que contenha os tipos de resíduos, quantidades (volume ou massa), classificação (I, II-A ou B), acondicionamento, armazenamento e destinação final: logística reversa, reutilização, reciclagem, coprocessamento, aterro ou outros.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor as planilhas de controle de geração e destinação de resíduos da organização, acompanhadas de cópias dos MTRs e relatórios/certificados de destinação final, bem como evidências dos indicadores e metas estabelecidas, caso aplicável.



GE 13: Inventário das emissões de gases de efeito estufa (GEE)

Tópico: Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)

Não conforme

A indústria não elabora Inventário de Emissões de GEE.

0

Iniciante

A indústria quantifica anualmente suas fontes de emissão de Gases de Efeito Estufa, mas de forma incompleta, não realizando o inventário de todas as fontes de emissão presentes em suas operações nos escopos 1 e 2.

4

Sensibilizada

A indústria quantifica anualmente suas fontes de emissão de Gases de Efeito Estufa de forma completa, realizando o inventário de todas as fontes de emissão presentes em suas operações nos escopos 1 e 2.

6

Consciente

Além de atender ao nível anterior, a indústria realiza o diagnóstico de uma ou mais categorias de emissões indiretas (Escopo 3)

8

Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria realiza a publicação no Registro Público de Emissões, possuindo o selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol.

10

Descrição

A realização dos inventários anuais de emissões de Gases de Efeito Estufa é essencial para que a indústria possa obter um diagnóstico de suas emissões e compreender o impacto de suas operações para com as mudanças climáticas. A partir dos dados obtidos no Inventário, podem ser traçados objetivos e estratégias visando à redução dos impactos negativos ocasionados pela emissão de Gases de Efeito Estufa.

O Programa ESG-FIEC tem como base a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol para elaboração dos relatórios e quantificação dos dados e sua referência, para fins de conformidade deste indicador.

Dica: O escopo 1 reúne as emissões “diretas”, isto é, aquelas provenientes de fontes que pertencem à organização ou são controladas por ela (Ex.: frota própria de veículos, máquinas); o escopo 2, por sua vez, trata das emissões “indiretas”, mas provenientes especificamente da aquisição de energia elétrica; e, por fim, o escopo 3 contempla todas as outras emissões “indiretas”, de fontes que não pertencem à organização ou não são controladas por ela (Ex.: viagens aéreas, logística terceirizada).

Verificação

Deverá estar à disposição do Auditor o relatório do Inventário de Emissões de GEE atualizado, não podendo este ter sido elaborado num período superior a dois anos da data de auditoria. No caso de publicação do Inventário no Registro Público de Emissões, este poderá ser apresentado ao auditor em substituição ao relatório.

ODS relacionado

13 COMBATER AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS



GE 14: Gestão das emissões de gases de efeito estufa (GEE)
Tópico: Emissões GEE



Não conforme

A indústria não define metas e indicadores relacionados à geração de emissões de GEE, além de não possuir projetos de redução ou compensação (neutralização).

0



Sensibilizada

A indústria define metas e indicadores relacionados à geração de emissões de GEE, e possui projetos de redução ou compensação (neutralização).


6



Consciente

Além de atender ao nível anterior, a indústria possui evidências de ações realizadas para a redução das emissões.

8



Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria compensa (neutraliza) anualmente as suas emissões.

10

Descrição

Além de elaborar inventários anuais de emissões de GEE, é de suma importância que a indústria faça a gestão de suas emissões, traçando estratégias de controle e compensação, como, por exemplo: (i) Estabelecimento de metas visando à redução das emissões de GEE; (ii) Compensação das emissões por meio da compra de Créditos de Carbono; (iii) Compensação das emissões por meio do plantio de árvores, com quantificação das remoções de GEE a partir de metodologias internacionalmente reconhecidas.

Verificação

Deverão estar à disposição do Auditor as planilhas de monitoramento de indicadores e metas, tal como registro e/ou relatórios de ações realizadas visando à redução e/ou à compensação das emissões de GEE.

GE 15: Uso de Matérias-Primas Sustentáveis


Tópico: Suprimentos



Não conforme

A indústria não possui certificados, selos ou registros das matérias primas advindas dos fornecedores ou próprio, que garantam a comprovação de origem sustentável.


0



Iniciante

A indústria possui certificações, selos ou registros de suas matérias-primas ou ingredientes que garantam a proveniência sustentável dos mesmos.


4



Sensibilizada

Além de atender ao nível anterior, a indústria dispõe de um método ativo de monitoramento para cumprimento das condições estabelecidas nos certificados e Selos (regras de condicionamento, prazos, manejo).


6



Consciente

Além de atender ao nível anterior, a indústria promove quanto aos seus materiais adquiridos e/ou produzidos, como também estabelece publicidade em seus canais de comunicação interno e externo por meio de iniciativas.

8



Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria realiza projetos para buscar auto suficiência da sua produção de matéria-prima utilizada ou engajar os fornecedores quanto a utilização de práticas de produção sustentável de suas matérias-primas.

10

Descrição

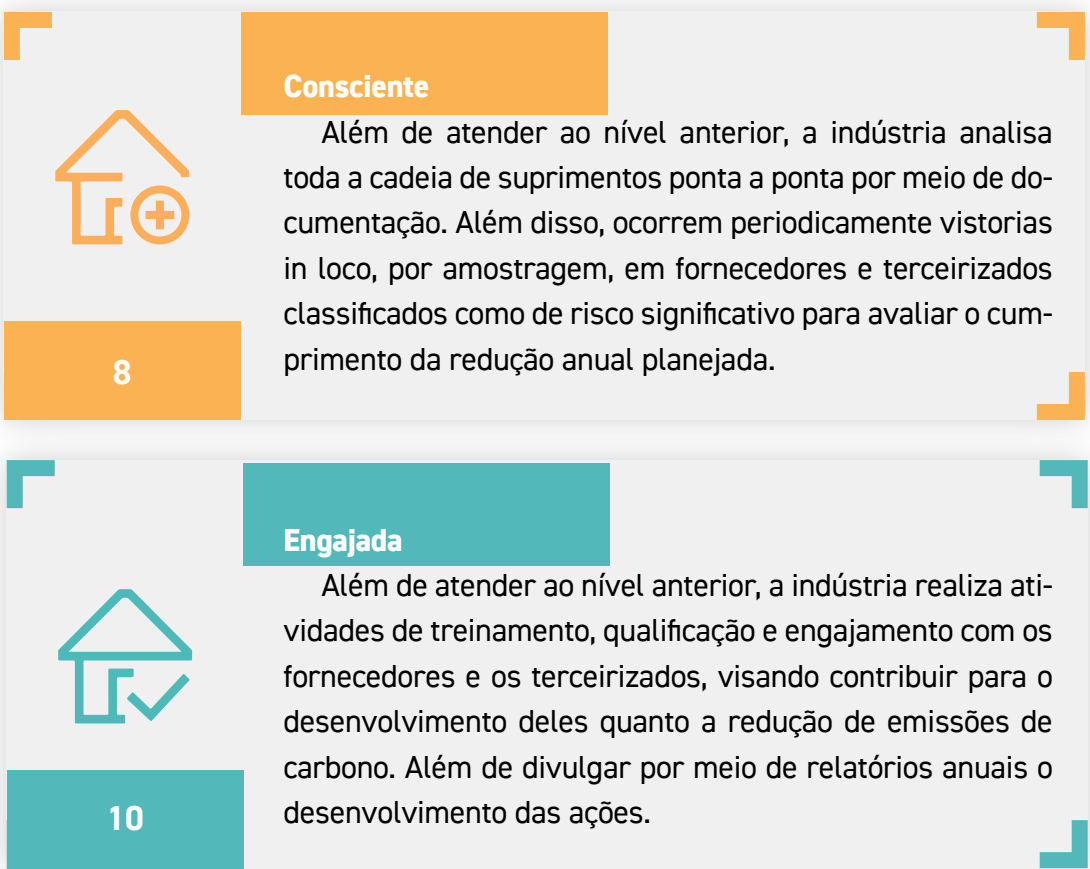
Este indicador avalia o compromisso da empresa em adotar matérias-primas e ingredientes que sejam provenientes de fontes sustentáveis. Isso envolve a análise da origem dos materiais utilizados na produção, a avaliação das práticas de extração ou cultivo, e a consideração de fatores como desmatamento, uso excessivo de recursos naturais e conservação da biodiversidade. Empresas comprometidas com o uso de matérias-primas sustentáveis devem divulgar informações sobre a origem de seus materiais, bem como suas políticas e práticas de aquisição responsável.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor os certificados e selos em vigor. Além dos respectivos planos de gerenciamento dos materiais utilizados no processo produtivo. Demonstração da efetiva qualidade de execução que garantam os requisitos das certificações tanto na operação interna de manejo dos produtos, como na relação com os fornecedores.

GE 16: Redução da Intensidade de Carbono na Cadeia de Suprimentos

Tópico: Suprimentos



Descrição

Esse indicador mede o compromisso da empresa em reduzir a sua pegada de carbono em sua cadeia de suprimentos. Ele se concentra em quantificar as emissões de gases de efeito estufa por unidade de produto ao longo da cadeia de suprimentos, desde a produção de matérias-primas até a entrega ao cliente final. Empresas comprometidas em reduzir sua pegada de carbono na cadeia de suprimentos devem implementar práticas como transporte eficiente, embalagens sustentáveis, produção local ou outras estratégias que contribuam para a redução das emissões de gases de efeito estufa associadas aos seus produtos.


Verificação

Deverão ser apresentados ao auditor os procedimentos e/ou planos de ação utilizados para a redução da pegada de carbono na cadeia de suprimentos, incluindo os documentos que atestam os resultados das verificações realizadas, que podem ser auditados por amostragem.

SOCIAL

GS 01: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas


Tópico: Compliance



Não conforme

A indústria não possui certidão negativa de débitos trabalhistas.

0



Conforme

A indústria possui certidão negativa de débitos trabalhistas.

OBRIGATÓRIO

0

Descrição

A Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas tem por objetivo atestar a regularidade da indústria relativamente ao pagamento de direitos trabalhistas. O cumprimento deste tipo de obrigação é fundamental para a sustentabilidade do negócio e sua devida conformidade legal, pois o descumprimento, além de impactar diretamente o bem-estar e a saúde financeira dos colaboradores e de suas famílias, evita riscos de multas e demais prejuízos financeiros.

Verificação

A certidão negativa de débitos trabalhistas ou certidão positiva com efeito de negativa em vigor emitida no site da Justiça do Trabalho (<https://www.tst.jus.br/certidao>).

GS 02: Certidão negativa de regularidade fiscal

Tópico: Compliance



Não conforme

A indústria não possui certidão negativa de regularidade fiscal.

0



Conforme

A indústria possui certidão negativa de regularidade fiscal.

OBRIGATÓRIO

0

Descrição


A indústria deve demonstrar que sua situação fiscal está regularizada através de uma Certificação Negativa de Regularidade Fiscal (ou Positiva com Efeitos de Negativa). Este documento demonstra seu compromisso para com a legislação vigente, além de atestar o cumprimento das obrigações da indústria perante o Erário Público e mostrar-se comprometida com o bem-estar de seus colaboradores. Manter-se regularizado quanto ao pagamento de débitos fiscais é de extrema importância. Quando uma indústria não regulariza suas obrigações fiscais, coloca em risco a sustentabilidade de suas operações.

Verificação

A certidão negativa de regularidade fiscal ou certidão positiva com efeito de negativa em vigor é emitida no site da Justiça do Trabalho (<https://www.tst.jus.br/certidao>).

GS 03: Registro de Funcionários


Tópico: Compliance



Não conforme

A indústria não assegura que a contratação e o registro dos colaboradores estão de acordo com a legislação vigente.

0



Conforme

A indústria assegura que a contratação e o registro dos colaboradores estão de acordo com a legislação vigente.

OBRIGATÓRIO

0

Descrição

O Registro de Funcionários é uma obrigação legal para todas as indústrias, conforme o Artigo 41 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), como transcrito abaixo:

“Art. 41 – Em todas as atividades será obrigatório para o empregador o registro dos respectivos trabalhadores, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho.”

Este indicador tem por objetivo garantir que a indústria não utilize mão de obra informal ou irregular, em conflito com as obrigações previstas na legislação trabalhista e previdenciária.

Verificação

Deverá ser apresentada ao auditor a Guia do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP, bem como relatórios da folha de pagamento e do eSocial. Durante a auditoria, serão coletadas evidências visuais e realizadas entrevistas, caso necessário, para verificação da conformidade.

GS 04: Certificado de Conformidade – Corpo de Bombeiros

Tópico: Compliance



Não conforme

A indústria não possui Certificado de Conformidade emitido pelo Corpo de Bombeiros.

0



Conforme

A indústria possui Certificado de Regularidade emitido pelo Corpo de Bombeiros.

OBRIGATÓRIO

0

Descrição

O Certificado de Regularidade emitido pelo Corpo de Bombeiros atesta a conformidade da indústria com as normas de prevenção e proteção contra incêndios, garantindo a segurança das pessoas e das instalações físicas.

Verificação

Deverá ser apresentado ao auditor o Certificado de Regularidade vigente de todas as unidades incluídas no escopo de auditoria.

ODS relacionado



ODS relacionado



GS 05: Programa de Gerenciamento de Riscos

Tópico: Compliance

Não conforme

A indústria não possui PPRA ou Programa de Gerenciamento de Riscos (substitutivo do PPRA).

0

Conforme

A indústria possui PPRA ou Programa de Gerenciamento de Riscos (substitutivo do PPRA).

0

OBRIGATÓRIO

Descrição

A Norma Regulamentadora NR-09, que estabelece os “requisitos para a avaliação das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos quando identificados no Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, previsto na NR-1, e subsidiá-lo quanto às medidas de prevenção para os riscos ocupacionais”. Este documento substituirá o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA.

*Norma Regulamentadora - NR-09 – Dispõe sobre a avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos.

Nota: a partir de 02.08.2021 o texto vigente da NR 09 será o da Portaria SEPRT 6.735/2020, conforme Portaria SEPTR 1.295/2021.

Verificação

Como evidência de atendimento a este indicador, a indústria deverá apresentar seu Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA ou Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR, desde que este esteja em conformidade com a legislação vigente. Deverão ser apresentados os documentos de todas as unidades inclusas no escopo de auditoria.

ODS relacionado



GS 06: Alvará Sanitário e de Funcionamento

Tópico: Compliance

Não conforme

A indústria não possui alvará de funcionamento e sanitários, caso aplicável.

0

Conforme

A indústria possui alvará de funcionamento e sanitários, caso aplicável.

0

OBRIGATÓRIO

Descrição

Os Alvarás Sanitários são, geralmente, exigidos de indústrias que possuem ambientes como refeitórios e ambulatórios. A emissão destes documentos costuma ser realizada após a fiscalização, pela vigilância sanitária, das condições de higiene e de limpeza destes ambientais, além da conformidade em relação à legislação vigente.

O Alvará de Funcionamento, por sua vez, é um documento concedido pelo Poder Público Municipal, e tem por objetivo autorizar a empresa ao exercício de suas atividades em um determinado local. Trata-se de um documento essencial para empresas de todos os portes e segmentos.

A não conformidade destes documentos, seja pela falta da obtenção, seja pela não atualização, resulta em um risco significativo à saúde dos colaboradores e às operações da indústria.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor cópias dos alvarás em vigor para todas as unidades incluídas no escopo da auditoria.

ODS relacionado

3 VIDA SAUDÁVEL

GS 07: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)
Tópico: Compliance

	<div>Não conforme</div> <p>A indústria não possui Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).</p> <div>0</div>
	<div>Conforme</div> <p>A indústria possui Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).</p> <div><u>OBRIGATÓRIO</u></div> <div>0</div>

Descrição

O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) é um programa que visa identificar e prevenir agravos relacionados à saúde de colaboradores derivados de seu trabalho. Ele realiza isto com a implementação de checkups regulares, mudanças de função e exames admissionais dos funcionários de uma indústria.

É importante a implementação de um programa de cuidados com a saúde ocupacional, já que lesões e doenças profissionais oferecem riscos à qualidade de vida das pessoas, além de diminuir a produtividade dos colaboradores.

Verificação


Deverá ser apresentado ao auditor o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) em vigor, de todas as unidades incluídas no escopo de auditoria.

ODS relacionado

8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

GS 08: Inexistência de trabalho infantil, forçado ou análogo ao escravo
Tópico: Práticas e Relações de Trabalho


	<div>Não conforme</div> <p>A indústria utiliza trabalho infantil, forçado, escravo ou análogo ao escravo.</p> <div>0</div>
	<div>Iniciante</div> <p>A indústria não utiliza trabalho infantil, forçado, escravo ou análogo ao escravo.</p> <div><u>OBRIGATÓRIO</u></div> <div>0</div>
	<div>Sensibilizada</div> <p>Além de atender ao nível anterior, a indústria formalizou o compromisso com o combate ao trabalho infantil, forçado, escravo ou em condições análogas à de escravidão, e divulga este compromisso para os colaboradores.</p> <div>6</div>



Conscient

Além de atender ao nível anterior, a indústria possui mecanismos para monitorar e combater utilização de mão de obra infantil, forçada, escrava ou análoga, em sua cadeia de valor (fornecedores e terceirizados).

8



Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria é signatária de iniciativas que visam ao combate do trabalho infantil e à preservação dos direitos humanos, tais como o Pacto Global da ONU.

10

Descrição

É uma responsabilidade não somente legal, mas ética e moral, que todas as indústrias cumpram com as leis trabalhistas de prevenção e de erradicação do trabalho infantil, forçado ou análogo ao escravo. Qualquer corporação que utilize esses meios para suprir sua necessidade por força trabalhista viola os direitos humanos mais básicos de liberdade e de direito à infância. A permissão da utilização de condições de trabalho como essas, em qualquer etapa de produção ou de terceirização, coloca em grande risco a reputação da indústria.

Orientação: este compromisso pode estar formalizado em documento apartado ou constar em outras políticas e procedimentos, como o Código de Ética e Conduta.

Verificação

No momento da auditoria in loco devem estar disponíveis para o auditor as fichas de registro de funcionários e folha de pagamento para verificação do atendimento da idade mínima e da carga horária de trabalho. Além disso, o auditor deve obter outras evidências, por meio de diligência nas instalações da organização, observando, confrontando dados e realizando entrevistas.

GS 09: Trabalho estrangeiro

Tópico: Práticas e Relações de Trabalho





Não conforme

A indústria utiliza trabalho estrangeiro sem registros nem contratos na forma da legislação aplicável.

0



Conforme

A indústria utiliza trabalho estrangeiro e todos os colaboradores estão registrados e contratados em conformidade com a Lei.

OBRIGATÓRIO

0

Descrição

A indústria deve cumprir rigorosamente a legislação trabalhista com relação ao trabalho estrangeiro, como o de imigrantes, não sendo admitido que tenha em seus processos e operações a utilização de trabalho estrangeiro de modo irregular.

Verificação

Apresentar o Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) de todos os trabalhadores estrangeiros/imigrantes, caso aplicável.

ODS relacionado



GS 10: Assédio e Abuso

Tópico: Práticas e Relações de Trabalho

Não conforme

Há queixas e evidências de algum tipo de assédio, além de práticas disciplinares abusivas.

0

Sensibilizada

Não há relatos da existência de qualquer tipo de assédio, nem práticas disciplinares abusivas.

OBRIGATÓRIO

0

Consciente

Além de atender ao nível anterior, a indústria possui canais formais e independentes para o recebimento de denúncias relacionadas a assédio e/ou a abuso.

8

Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria realiza, com periodicidade no mínimo bianual, treinamentos de todos os colaboradores para prevenção de assédios e abusos.

10

Descrição

A indústria deve assegurar que não haja nenhum tipo de assédio aos funcionários em todos os níveis da organização, bem como a não ocorrência de práticas disciplinares abusivas. Além disso, deve disponibilizar canais de denúncias para o caso de ocorrência desse tipo de ação, declarando para o seu público de interesse sua posição acerca dessas questões.

Verificação

Devem ser apresentados ao auditor os registros das pesquisas de clima organizacional, bem como dos treinamentos, se aplicável. Deverão ser realizadas entrevistas com colaboradores durante as auditorias, sendo estes colaboradores escolhidos de forma aleatória.

ODS relacionados



GS 11: Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)

Tópico: Práticas e Relações de Trabalho

Não conforme
A indústria possui menos de 80% dos colaboradores amparados por Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

0

Sensibilizada
A indústria possui mais de 80% dos colaboradores amparados por Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

6

Consciente
Além de atender ao nível anterior, a indústria garante formalmente, em seu Código de Ética, Conduta ou outro documento, a proteção e a não discriminação dos representantes dos trabalhadores perante os sindicatos. O documento é divulgado aos colaboradores.

8

Engajada
Além de atender ao nível anterior, a indústria possui canais de comunicação e estabelece diálogos periódicos com os sindicatos.

10

Descrição

A indústria deve respeitar o direito de associação para todos os trabalhadores, os quais terão liberdade garantida constitucionalmente para formar sindicatos de trabalhadores e se associar a eles, bem como respeitar os Acordos Coletivos de Trabalho (ACT).

Em determinadas situações, colaboradores que participam de atividades sindicais acabam sendo discriminados por seus superiores ou mesmo pares dentro da indústria. É dever da organização, assumir posição contrária a este tipo de prática e capacitar os colaboradores a fim de que isto não ocorra.

Verificação

Deverão ser apresentados Acordos Coletivos vigentes, cópia dos documentos que garantam a não discriminação dos representantes dos trabalhadores em sindicatos, registros da divulgação deste documento em treinamentos e diversos meios, atas e outros que demonstrem a comunicação entre indústria e sindicato(s).

GS 12: Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)

Tópico: Saúde e Segurança do Trabalho



Não conforme

A indústria não disponibiliza os EPIs necessários à atividade.

0



Consciente

A indústria fornece os EPIs necessários à atividade.

OBRIGATÓRIO

0



Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria registra e treina os colaboradores sobre o uso adequado, guarda e conservação dos EPIs.

10

Descrição

A indústria é obrigada a fornecer aos trabalhadores, de forma gratuita, EPI (Equipamento de Proteção Individual) adequado ao tipo de risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, conforme a Norma Regulamentadora (NR 6). Cabe também à indústria registrar o fornecimento, substituir quando danificado ou extraviado e realizar treinamentos sobre o uso adequado, guarda e conservação.

Verificação

Devem ser apresentados ao auditor registros do fornecimento dos EPIs aos trabalhadores, podendo ser livros, fichas ou sistema eletrônico, incluindo o Certificado de Aprovação - CA, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. Registros de orientações e treinamentos sobre o uso adequado, guarda e conservação, com registros fotográficos e listas de presença.

GS 13: Saúde e Segurança Ocupacional

Tópico: Saúde e Segurança do Trabalho



Não conforme

A indústria não possui Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) atuante e não realiza anualmente a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT).

0



Sensibilizada

A indústria possui Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) atuante e realiza anualmente a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT).


6



Consciente

Além de atender ao nível anterior, a indústria divulga cuidados e prevenção com relação à saúde e a segurança no trabalho, utilizando folders, banners, quadros e outros.

8



Engajada

Além de atender ao critério do nível anterior, a indústria possui programas de ginástica laboral, ergonomia, orientação alimentar ou similares.

10

Descrição

A indústria deve manter os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho. A base normativa a ser observada é a Norma Regulamentadora (NR 5), inclusive quanto à aplicabilidade ou não.

A indústria deve constituir e manter em regular funcionamento uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), salvo quando não aplicável. A CIPA tem como objetivo a prevenção de acidentes e de doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e com a promoção da saúde do trabalhador.

Além disso, deve ser realizada anualmente a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT).

Verificação

Deverão ser apresentados os registros do SESMT junto ao órgão regional do Ministério do Trabalho, tal como a documentação referente ao processo eleitoral da CIPA, incluindo atas de eleição e calendário anual de reuniões ordinárias. Caso aplicável, também deverão ser evidenciados registros de campanhas de conscientização e/ou prevenção com relação à saúde e à segurança no trabalho, tal como ações e programas de ginástica laboral e/ou orientação alimentar.

GS 14: Condição das Instalações

Tópico: Saúde e Segurança do Trabalho

	<div>Não conforme</div> <p>As instalações estão em más condições de conservação, higiene e limpeza, ou subdimensionadas, oferecendo riscos aos colaboradores ou estão em desacordo com a legislação.</p> <div>0</div>
	<div>Consciente</div> <p>As instalações estão em boas condições de conservação, higiene e limpeza, além de dimensionadas adequadamente, não oferecendo riscos aos colaboradores e estão em conformidade com a legislação.</p> <div><u>OBRIGATÓRIO</u> 0</div>
	<div>Engajada</div> <p>Além de atender ao nível anterior, a indústria oferece espaços de descanso e lazer aos colaboradores.</p> <div>10</div>

Descrição

Manter as instalações da indústria em boas condições, tanto administrativas quanto de produção, é de extrema importância para a segurança dos colaboradores e para a garantia de um bom clima organizacional. Danos nas estruturas físicas como, por exemplo, buracos, rachaduras e infiltrações podem oferecer riscos significativos às pessoas e às operações.

Além disso, o correto dimensionamento das instalações, em especial postos de trabalho, banheiros, vestiários e refeitórios, é de suma importância para a saúde e o bem-estar dos colaboradores. Isso se aplica também às condições de higiene e limpeza destes espaços.

É cada vez mais comum e recomendado, também, que as indústrias criem espaços de descanso e lazer para os colaboradores.

Verificação

As condições das instalações serão verificadas durante a auditoria in loco, mediante inspeção visual. Poderão ser realizadas entrevistas para coleta de evidências, em especial para a percepção da assiduidade de higiene e limpeza dos espaços, bem como adequação das instalações para as atividades realizadas

ODS relacionado

10 REDUZIR AS DESIGUALDADES

GS 15: Diversidade

Tópico: Diversidade e Inclusão

Não conforme

A indústria não define formalmente, por meio de documentos e/ou políticas, seu posicionamento de repúdio contra qualquer forma de discriminação motivada por etnia, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, religiões e outros.

0

Iniciante

A indústria define formalmente, por meio de documentos e/ou políticas, seu posicionamento de repúdio contra qualquer forma de discriminação motivada por etnia, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, religião e outros.

OBRIGATÓRIO

0

Sensibilizada

Além de atender ao nível anterior, a indústria monitora a diversidade no quadro de colaboradores e promove campanhas de conscientização interna sobre diversidade.

6

Consciente

Além de atender ao nível anterior, a indústria tem metas para reduzir as diferenças entre as desigualdades em, ao menos, um dos grupos minoritários.

8

Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria possui um programa estruturado para garantia da diversidade e inclusão de grupos minoritários.

10

Descrição

A diversidade proporciona ambientes de trabalho satisfatórios e mais inovadores, além de servir como impulsionadora para o aumento da produtividade e para o engajamento dos colaboradores. A indústria deve monitorar a diversidade no quadro de colaboradores e avaliar a existência de desigualdades. É imperativo avaliar periodicamente, pelo menos, a representatividade dos grupos minoritários à luz de questões de gênero, nacionalidade, raça e pessoas com deficiência, jovens aprendizes, pessoas acima dos 60 anos, no quadro de funcionários da organização. Recomenda-se, também, a segmentação por setor: administração, produção e cargos de liderança.

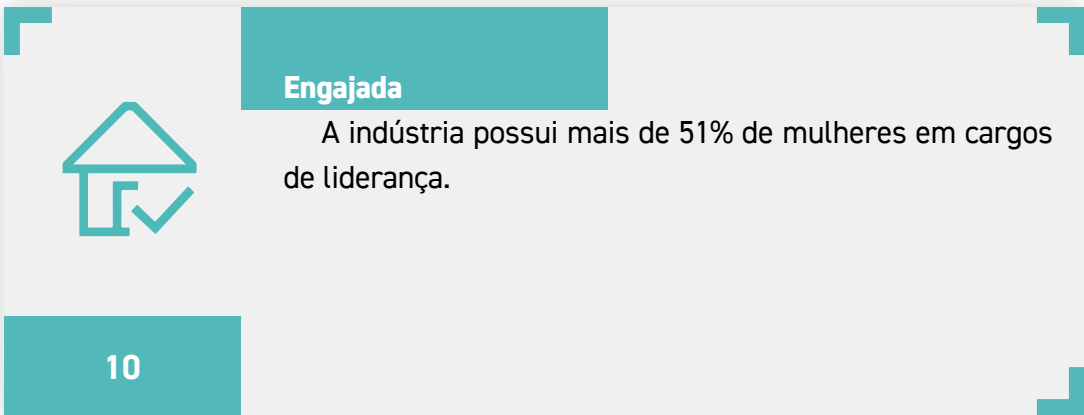
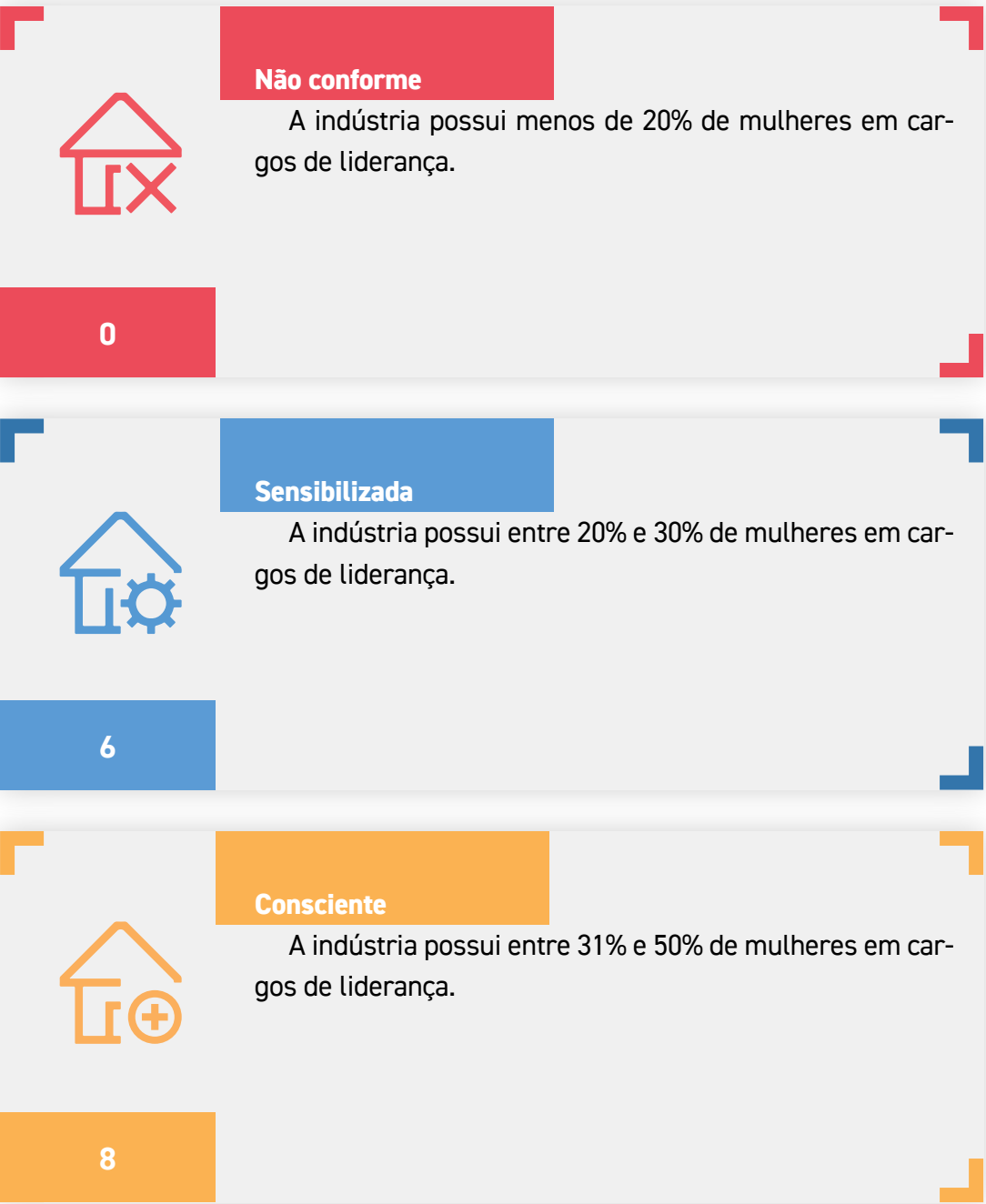
Verificação

Deverão ser apresentados ao auditor registros de documentos, contendo o posicionamento da indústria sobre diversidade e evidências da divulgação deste documento para os funcionários. Caso aplicável, deverá ser apresentada descrição e registros relacionados ao programa estabelecido, além de registros das campanhas de conscientização interna, caso aplicável. Podem também ser apresentadas planilhas contendo dados do monitoramento da diversidade, tais como as metas estabelecidas pela organização.

ODS relacionados



GS 16: Liderança Feminina



Descrição

Ao oferecer oportunidades iguais para mulheres e homens, a indústria demonstra que se compromete com a igualdade de gênero dentro do espaço de liderança empresarial.

Uma forma de identificar a quão igualitária é a corporação pode ser por meio do cálculo de percentual de mulheres em cargos gerenciais.

Verificação

Deverá ser apresentada ao auditor a memória dos cálculos e os critérios de definição dos números de referência. Além do registro dessas colaboradoras junto a área de Recursos Humanos da empresa.

ODS relacionado



GS 17: Empregabilidade de pessoas com deficiência (PcD)
Tópico: Diversidade e Inclusão

	Não conforme A indústria não contrata pessoas portadoras de deficiência ou, caso contrate, atende apenas parcialmente a Lei de Cotas, não dispondo de justificativa razoável para o referido descumprimento.	0
	Sensibilizada A indústria atende parcialmente a Lei de Cotas (art. 93 da Lei nº 8.213/91), no que diz respeito à contratação de pessoas com deficiência, e demonstra todos seus esforços e atuação proativa para o alcance da meta.	0
	Consciente A indústria atende integralmente a Lei de Cotas (art. 93 da Lei nº 8.213/91) no que diz respeito à contratação de pessoas com deficiência.	8

	Engajada Além de atender ao nível anterior, a indústria dispõe de uma iniciativa específica para a contratação de pessoas com deficiência, tal como um programa para contratação de PcDs, com iniciativas que vão além do cumprimento da obrigação legal.	10
--	---	----

Descrição

A inclusão de pessoas com deficiência (PcD) no quadro de colaboradores da indústria é fundamental para o desenvolvimento da empatia entre a equipe, além de gerar impacto social positivo na vida das pessoas, tanto dos PcDs e de seus familiares, quanto dos colaboradores que têm convívio com estes profissionais.

A Lei de Cotas (art. 93 da Lei nº 8.213/1991) determina que indústrias com 100 ou mais funcionários devem ter uma parcela de seus cargos reservada para pessoas com deficiência, com porcentagem variável de 2% a 5% do quadro geral.

Orientação: Por justificativa razoável para o descumprimento, entende-se, por exemplo, a comprovação, pela indústria, de ostensiva oferta de vagas para PcDs e o retorno insuficiente de candidatos, ou a celebração de Termos de Ajustamento ou outros instrumentos similares sobre o tema com órgãos como o MPT.

Verificação

Deverá ser evidenciado o atendimento à Lei de Cotas (art. 93 da Lei nº 8.213/91), além de evidências de programas internos e ações e programas de contratação de pessoas com deficiência, bem como conscientização e engajamento para com o tema, casos aplicáveis.

GS 18: Benefícios

Tópico: Diversidade e Inclusão



Não conforme

A indústria não oferece os benefícios solicitados pela legislação vigente.

0



Sensibilizada

A indústria oferece apenas benefícios solicitados pela legislação vigente.

OBRIGATÓRIO


0



Consciente

A indústria oferece benefícios adicionais aos solicitados pela legislação vigente, tais como plano odontológico, auxílio à educação etc.

8



Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria consulta os funcionários quanto à sua satisfação em relação às políticas e às práticas de remuneração e de benefícios, por meio de pesquisas de clima ou similares, com regularidade, no mínimo, bianual.

10

Descrição

Toda indústria deve oferecer minimamente aos seus colaboradores os benefícios trabalhistas previstos em lei: Vale-transporte, FGTS, férias remuneradas, décimo terceiro salário e/ou adicional noturno, conforme o caso.

A indústria também pode escolher implementar benefícios não previstos em lei, como por exemplo: Vale-alimentação, assistência médica, plano odontológico, licença maternidade e paternidade em um período maior do que o estabelecido pela Lei, auxílio à educação etc. Como resultado, aumentarão suas probabilidades de atrair e reter talentos, uma vez que os profissionais buscam por melhores ambientes de trabalho e empresas que ofereçam mais benefícios.

Verificação

Evidências da conformidade deste indicador são relatórios listando os benefícios oferecidos aos colaboradores, combinados com entrevistas a serem realizadas pelo auditor.

ODS relacionado



GS 19: Remuneração

Tópico: Engajamento e satisfação dos colaboradores

Não conforme

A indústria não paga o piso salarial da categoria.

0

Iniciante

A indústria paga o piso salarial da categoria

OBRIGATÓRIO

0

Sensibilizada

A indústria paga salários superiores ao piso salarial das categorias.

6

Consciente

A indústria paga salários superiores ao piso salarial das categorias, além de possuir política formalizada de Gestão, Cargos e Salários, ou similar.

8

Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria possui um programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR).

10

Descrição

A atração e a retenção de talentos são ações primordiais para a manutenção da sustentabilidade corporativa e a promoção de seu crescimento no mercado em que atua. Remunerações adequadas e compatíveis com os cargos desempenhados pelos profissionais adequadamente alocados é mais do que uma política institucional, mas uma estratégia com papel fundamental. Colaboradores bem remunerados tendem a possuir um maior comprometimento com a empresa e com os resultados que ela deseja alcançar, dedicando-se ativamente às atividades exercidas e permanecendo por um longo período.

Verificação

Poderão ser apresentadas evidências, tais como Política de Cargos e Salários, acordo coletivo e evidências do programa de bonificação.

GS 20: Clima Organizacional

Tópico: Engajamento e satisfação dos colaboradores



Não conforme

A indústria não mede os índices de satisfação dos colaboradores.

0



Iniciante

A indústria não monitora o índice de satisfação dos colaboradores, porém, eles demonstraram satisfação com o ambiente de trabalho nas entrevistas realizadas durante a auditoria.


4



Sensibilizada

A indústria mede os índices de satisfação de seus colaboradores frequentemente, por meio de pesquisas de clima organizacional ou similares.


6



Consciente

Além de atender ao nível anterior, a indústria possui metas e realiza ações visando à elevação do índice de satisfação.

8



Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria é reconhecida por sua prática de gestão de empregados, recebendo prêmios ou selos que atestam ser um dos melhores lugares para trabalhar (exemplo: GPTW).

10

Descrição

Ao garantir um ambiente de trabalho saudável, oferecer salários compatíveis com as atividades e disseminar a oportunidade de crescimento dentro da corporação, a indústria toma medidas que resultam numa maior satisfação de seus colaboradores, um dos elementos essenciais para alavancar a produtividade das operações.

Pesquisas de clima organizacional, seguidas de elaboração e execução de planos de ação para implementação de oportunidades de melhoria detectadas, bem como a participação e a certificação em programas que avaliam a qualidade das empresas, sob o ponto de vista dos trabalhadores (GPTW e outros), são excelentes fontes de referência para melhorias e para reconhecimento das conquistas.

Verificação

Deverão ser realizadas entrevistas com colaboradores durante as auditorias, sendo estes colaboradores escolhidos de forma aleatória. Também podem ser apresentados registros das pesquisas realizadas com os colaboradores, e caso aplicável, relatórios e premiações eventualmente recebidas.

GS 21: Desenvolvimento profissional

Tópico: Engajamento e satisfação dos colaboradores



Não conforme

A indústria não oferece treinamentos regulares visando ao aprimoramento dos colaboradores em suas funções, nem mesmo as obrigatórias por Lei.

0



Iniciante

A indústria oferece somente as capacitações obrigatórias pela legislação para o exercício das atividades pelos colaboradores.

OBRIGATÓRIO


0



Sensibilizada

Além do atendimento ao nível anterior, a indústria fornece capacitações e treinamentos aos colaboradores em adição aos obrigatórios por lei.


6



Consciente

Além do atendimento ao nível anterior, a indústria possui um programa interno de capacitação (universidade corporativa), com cronograma pré-estabelecido, ao alcance das lideranças de todos os níveis da organização.

8



Engajada

Além do atendimento ao nível anterior, a indústria oferece incentivos a bolsas de estudo e capacitações em instituições externas.

10

Descrição

O investimento no desenvolvimento profissional dos colaboradores é de extrema importância para que as indústrias desenvolvam times eficazes e alinhados com as melhores práticas de negócios, capacitados para resolver problemas e aproveitar oportunidades.

Para fomentar o desenvolvimento profissional, a indústria deve promover atividades de aprendizado, treinamentos, cursos e capacitações voltadas para a área de atuação do colaborador.

Verificação

Deverão ser apresentadas evidências tais como relatórios e registros dos treinamentos e investimentos realizados. Caso aplicável, deverão ser apresentados procedimentos contendo a definição de funções e competências, tal como o mapeamento do grau de escolaridade dos colaboradores.

ODS relacionado



GS 22: Desenvolvimento Local


Tópico: Comunidades Locais



Não conforme

A indústria não possui projetos, programas ou ações destinadas à geração de valor à comunidade, bem como impacto positivo, além de práticas de doação de bens e/ou serviços que beneficiem a comunidade.

0



Iniciante

A indústria possui projetos, programas ou ações destinadas à geração de valor e com impacto positivo à comunidade, e/ou práticas de doação de bens e/ou serviços que beneficiem a comunidade.


4



Sensibilizada

Além de atender ao nível anterior, a indústria envolve seus colaboradores em projetos de voluntariado que beneficiem a comunidade local.


6



Consciente

Além de atender ao nível anterior, a indústria contribui com melhorias na infraestrutura ou no ambiente das comunidades locais, às quais podem ser usufruídas pela comunidade (habitações, estradas, escolas, creches, hospitais, áreas para práticas de esporte e lazer etc.).

8



Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria possui um plano de ação de desenvolvimento local futura, apresentando continuidade dos projetos com a comunidade.

10

Descrição

Ao investir nas comunidades próximas às suas unidades, a indústria melhora sua relação com a população local e, em contrapartida, gera valor para si própria, atraindo talentos locais e evitando conflitos, além de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico do lugar, promovendo a melhoria na qualidade de vida.

Muitas são as formas como uma indústria pode executar ações de desenvolvimento local, por exemplo, por meio de programas ou projetos relacionados à educação, lazer, cultura, esporte, voluntariado, geração de renda e melhorias na infraestrutura local, fazendo-se parte integrante do lugar e cooperando de forma efetiva para um mundo melhor e equalitário.

Verificação

Deverá ser apresentado ao auditor relatório das ações realizadas, preferencialmente com imagens, vídeos, planilhas de investimentos além de outras evidências.

GS 23: Gestão da cadeia de valor

Tópico: Cadeia de Valor



Não conforme

A indústria não possui um sistema de gestão da cadeia de valor – fornecedores de matérias-primas, insumos e terceirizados (serviços de industrialização sob encomenda).

0



Iniciante

A indústria possui um sistema de gestão da cadeia de valor, por meio do qual homologa e verifica periodicamente a conformidade legal ambiental, social e econômica, a partir de análise documental. O sistema analisa apenas fornecedores e terceirizados regulares classificados como de risco significativo.

0


OBRIGATÓRIO



Sensibilizada

A indústria possui um sistema de gestão da cadeia de valor, por meio do qual homologa e verifica periodicamente a conformidade legal ambiental, social e econômica, a partir de análise documental. O sistema analisa todos os fornecedores e terceirizados regulares.


6



Consciente

A indústria possui um sistema de gestão da cadeia de valor, por meio do qual homologa e verifica periodicamente a conformidade legal ambiental, social e econômica. O sistema analisa, numa etapa documental, todos os fornecedores e terceirizados regulares. Além disso, ocorrem periodicamente vistorias in loco, por amostragem, em fornecedores e terceirizados classificados como de risco significativo.

8



Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria realiza atividades de treinamento, qualificação e engajamento com os fornecedores e os terceirizados, visando contribuir para o desenvolvimento deles.

10

Descrição

Ao realizar a gestão de sua cadeia de valor de forma constante e adequada, a indústria previne riscos significativos, como interrupção do abastecimento e até prejuízos reputacionais, podendo estes ocorrerem em casos de, por exemplo, utilização de trabalho infantil ou irregularidades fiscais e legislativas por parte de fornecedores ou empresas terceirizadas. A propósito, a referida prevenção de riscos é finalidade crucial da análise ESG, com foco em erradicar as ocorrências de tais situações. Além disso, estes esforços qualificam a cadeia e disseminam as práticas ESG, posicionando a indústria como ponto atrativo para cooperação em projetos de inovação em economia sustentável, circular e de baixo carbono.


Verificação

Deverão ser apresentados ao auditor os procedimentos utilizados para a gestão da cadeia de valor, incluindo os documentos que atestam os resultados das verificações realizadas, que podem ser auditados por amostragem.

GS 24: Satisfação dos clientes

Tópico: Clientes

	<div>Não conforme</div> <p>A indústria não mede os índices de satisfação dos clientes.</p> <div>0</div>
	<div>Iniciante</div> <p>A indústria tem mecanismos para receber feedbacks e reclamações dos clientes, além de possuir rotinas estabelecidas para a tratativa destas demandas.</p> <div>4</div>
	<div>Sensibilizada</div> <p>Além de atender ao nível anterior, a indústria monitora sistematicamente o índice de satisfação de seus clientes e a qualidade de seu atendimento.</p> <div>6</div>
	<div>Consciente</div> <p>Além de atender ao nível anterior, a indústria divulga publicamente indicadores relacionados à solução das demandas apresentadas pelos clientes.</p> <div>8</div>

	<div>Engajada</div> <p>Além de atender ao nível anterior, a indústria possui selos e/ou certificações que cancelam o alto nível de satisfação de seus clientes, como por exemplo: Reclame Aqui etc.</p> <div>10</div>
---	---

Descrição

Os clientes são os responsáveis pelo sucesso da indústria, sem eles os produtos não são comercializados e consequentemente a organização se torna deficitária e insustentável. Neste sentido, a busca constante da manutenção de índices de satisfação em níveis elevados torna-se imprescindível para a perenidade do negócio, aumentando a capacidade de retenção dos atuais clientes, além de elevar a possibilidade de obtenção de novos clientes.


São diversos os fatores que podem contribuir para a insatisfação dos clientes, tais como baixa qualidade do produto e atrasos na entrega, entre outros. É imperativo que a empresa possua canais para o recebimento de reclamações e sugestões, além de mecanismos ágeis para sanar as demandas recebidas de modo a ter a satisfação do cliente garantida. Tais procedimentos permitem que a satisfação seja monitorada por diferentes tipos de outros indicadores, quer sejam qualitativos e/ou quantitativos, de modo que seja uma ação constante e aperfeiçoada periodicamente.

Verificação

Deverão ser apresentadas evidências dos canais utilizados para atendimento às reclamações dos clientes, bem como os mecanismos utilizados para a resolução destas demandas.

GS 25: Participação em Projetos de Impacto Social


Tópico: Impacto Social



Não conforme

A indústria não possui projetos, ações ou identificação de potenciais impactos positivos na comunidade do entorno ou região.

0



Sensibilizada

A organização possui projetos, programas ou ações destinadas à geração de valor e com impacto positivo à comunidade, nos quais, a organização disponibiliza métodos de incentivo para os colaboradores para participação ativa nas atividades.


6



Consciente

Além de atender o nível anterior, a indústria mede o impacto das ações de implementação e controla seus investimentos nos projetos realizados por meio de indicadores, relatórios financeiros e possui plano de desenvolvimento dos projetos e programas sociais.

8



Engajada

Além de atender o nível anterior, a indústria capacita seus stakeholders para que estes alavanquem impacto social diante seus públicos e/ou patrocina projetos governamentais junto a iniciativa pública de desenvolvimento social a nível municipal ou estadual, elaborando publicidades quanto aos seus resultados.

10

Descrição


Este indicador avalia o compromisso da empresa em participar e apoiar ativamente projetos sociais que tenham um impacto positivo na comunidade. Isso pode incluir parcerias com organizações não governamentais (ONGs), programas de voluntariado corporativo, iniciativas de educação e treinamento para a comunidade local, ou projetos que promovam a qualidade de vida e o bem-estar dos moradores da região onde a empresa opera. Empresas comprometidas com a responsabilidade social devem demonstrar sua participação ativa em tais projetos e seus esforços para medir e melhorar seu impacto social.

Verificação

Deverá ser apresentado ao auditor relatório das ações realizadas, preferencialmente com imagens, vídeos, planilhas de investimentos, programas formalizados e demais evidências que demonstrem a interatividade da organização com as regiões impactadas socialmente.

GS 26: Programas Qualidade de Vida e Saúde Mental


Tópico: Impacto Social



Não conforme

A indústria não possui iniciativas voltadas para a saúde mental e qualidade de vida de seus colaboradores.


0



Sensibilizada

A indústria possui iniciativas voltadas para a saúde mental e qualidade de vida do colaborador, realizando em conjunto análises periódicas quanto à eficiência de suas realizações.


6



Consciente

Além de atender o nível anterior, a indústria realiza trabalhos direcionados com os colaboradores para atendimento especializado para a saúde mental.

8



Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria possui estrutura própria para atendimento de seus colaboradores, e estende consultas para familiares dos colaboradores e engaja parcerias para aplicação em seus stakeholders.

10

Descrição

Este indicador mede o compromisso da empresa em proporcionar programas e benefícios que melhorem a qualidade de vida e a saúde mental de seus colaboradores. Isso pode incluir flexibilidade de horários, políticas de equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, incentivos para atividades físicas, acesso a cuidados de saúde mental acessíveis e programas de desenvolvimento profissional. Empresas comprometidas com o compromisso social devem demonstrar seus esforços para criar um ambiente de trabalho que promova a saúde psicossocial e a qualidade de vida de seus colaboradores, além de monitorar a eficácia desses programas.

Verificação

Evidências da conformidade deste indicador são relatórios que demonstrem a adesão dos colaboradores nos programas de qualidade de vida e a mensuração destes na saúde mental e redução na taxa de absenteísmo do colaborador, podem ser listados os benefícios e ações que também impactam diretamente aos familiares.

Governance (Governança)

GG 01: Estrutura de governança da sustentabilidade

Tópico: Governança da Sustentabilidade



Não conforme

A indústria não possui um Comitê de Sustentabilidade, ou – caso possua – o comitê não se reúne com periodicidade, no mínimo, semestral, para deliberar sobre gestão ESG e da sustentabilidade corporativa.

0



Sensibilizada

A indústria possui Comitê de Sustentabilidade, que se reúne com periodicidade, no mínimo, semestral, para deliberar sobre gestão ESG e da sustentabilidade corporativa.


6



Consciente

A indústria definiu um Comitê de Sustentabilidade multidisciplinar, composto por representantes, no mínimo, das áreas administrativa, comercial e industrial, que se reúne com periodicidade, no mínimo, semestral, para deliberar sobre gestão ESG e da sustentabilidade.

8



Engajada

Além de atender ao disposto no nível anterior, as ações de sustentabilidade dispõem de uma rubrica própria no orçamento anual da indústria, e o órgão executivo mais elevado da companhia (Conselho de Administração, reuniões de sócios e/ou diretores) realiza análise crítica da sustentabilidade com periodicidade, no mínimo, anual.

10

Descrição

O Comitê de Sustentabilidade pode ser responsável por tarefas como: (i) Planejamento estratégico da sustentabilidade; (ii) Monitoramento e análise de indicadores de sustentabilidade e ESG; (iii) Análise crítica de objetivos estratégicos e metas de sustentabilidade e ESG; (iv) Gestão de projetos de sustentabilidade; (v) Disseminação da cultura da sustentabilidade na organização e na cadeia de valor. Ressalta-se que os membros do comitê de sustentabilidade não se dedicam-se em turno integral a essas demandas, o tema é tratado de forma transversal dentro da indústria.

Como a sustentabilidade corporativa é um tema transversal dentro das organizações, isto é, não deve ser tratado por um departamento isolado, mas sim por todas as áreas e níveis da indústria, recomenda-se que os diferentes setores da empresa estejam representados no Comitê de Sustentabilidade, como RH, Compras, P&D, Marketing, Controladoria e outros. Cada uma destas lideranças será responsável por coordenar os esforços para redesenhar processos e produtos sob a ótica da sustentabilidade, disseminar esta cultura, além de cooperar com outros projetos da indústria.

Verificação

Evidências da conformidade deste indicador são: regimentos, atas de reuniões, procedimentos e outros documentos comprobatórios da constituição da governança, seus membros, regras e deliberações.

GG 02: Política de sustentabilidade

Tópico: Governança da Sustentabilidade



Não conforme

A organização não possui uma Política de Sustentabilidade instituída.

0



Iniciante

A organização possui uma Política de Sustentabilidade instituída, porém não faz a divulgação aos colaboradores nem a outras partes interessadas.

4



Sensibilizada

A organização possui uma Política de Sustentabilidade instituída e faz a divulgação aos colaboradores, porém não divulga externamente.


6



Consciente

A organização possui uma Política de Sustentabilidade instituída, faz a capacitação do público interno e a divulgação aos públicos interno e externo.

8



Engajada

Além de atender ao nível anterior, os colaboradores demonstram elevado grau de assimilação e compreensão nas diversas camadas da companhia (Alta Administração e níveis de gestão, intermediários e operacionais).

10

Descrição

A Política de Sustentabilidade define o posicionamento e o comprometimento da indústria com o tema, nela devem estar estabelecidas as diretrizes ambientais, sociais, econômicas e de governança que devem nortear a todos que fazem parte da instituição. A Política de Sustentabilidade deve ser documentada (escrita e formalizada) e deve conter os objetivos estratégicos da companhia, no tocante às questões que permeiam tal agenda. Além disso, deve ser compartilhada aos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, permanecendo disponível a qualquer tempo para acesso deste público. Recomenda-se também a disponibilização para os demais stakeholders da companhia (fornecedores, clientes, entre outros) de modo a ratificar a posição da empresa sobre tais fatores. Diversas podem ser as formas de divulgação adotadas, como, por exemplo: (i) A fixação em painéis, quadros e murais; (ii) Apresentação via website, redes sociais, intranet e outros canais; (iii) Ser tema assíduo nas capacitações e treinamentos; e (iv) Workshops e outros eventos com os mais diversos stakeholders.

Recomendações: Sugere-se que a indústria elabore sua Política de Sustentabilidade após definição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) prioritários (GG 03) e do escopo de materialidade (GG 11).

Verificação

Deverá estar à disposição do auditor a Política de Sustentabilidade vigente, e evidências de divulgação e/ou capacitação das partes interessadas (atas de treinamento, slides de apresentação). A critério do auditor, podem ser realizadas entrevistas com os colaboradores, a fim de verificar o grau de assimilação e de compreensão nas diversas camadas da indústria.

GG 03: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Tópico: Governança da Sustentabilidade

	<div>Não conforme</div> <div>A indústria não define ODS prioritários.</div>
0	
	<div>Sensibilizada</div> <div>A indústria define ODS prioritários.</div>
6	
	<div>Consciente</div> <div>Além de atender ao nível anterior, a indústria realiza, no mínimo, 01 (um) treinamento, workshop ou evento similar, sobre ODS, direcionado às lideranças da empresa, com periodicidade anual.</div>
8	
	<div>Engajada</div> <div>Além de atender ao nível anterior, a indústria torna público os seus ODS prioritários, por meio de seu relatório de sustentabilidade, website e/ou outros meios de comunicação massiva.</div>
10	

Descrição

Para organizar e canalizar os esforços mundiais em prol de uma agenda para consolidação do desenvolvimento sustentável, a ONU – Organização da Nações Unidas - definiu 17 Objetivos, os quais são desdobrados em 169 metas a serem atingidas até 2030. Instituições dos setores público e privado, além de todos os cidadãos, devem agir em consonância de modo a contribuir para que tais objetivos sejam alcançados. A Indústria, como parte importante do contexto socioeconômico e ambiental deve definir os ODS prioritários ao seu modelo de negócio. Recomenda-se que a indústria dissemine entre seus stakeholders o referido tema, do que se trata, qual o objetivo dessa agenda e quais são os ODS prioritários para a indústria, buscando desenvolver projetos e ações para promovê-los.

Recomendações: Sugere-se que a indústria selecione os ODS prioritários após definição do escopo de materialidade (GG 11). Desta forma, os objetivos poderão ser eleitos tendo como base temas mais relevantes definidos pelas partes interessadas. Recomenda-se, também, que os ODS prioritários guardem relação com o DNA da empresa, seu propósito, público e/ou core business (coração do negócio). Esta abordagem, de focar as ações em temas ligados às vocações da companhia, potencializa os resultados e otimiza o uso dos recursos (financeiros, tempo, pessoas).

Verificação

Deverão ser disponibilizados registros com a definição dos ODS prioritários definidos, podendo este registro ser a própria Política de Sustentabilidade. Também são válidas as evidências de divulgação dela às partes interessadas (atas de treinamento, slides de apresentação, vídeos, relatórios de sustentabilidade etc.).

GG 04: Engajamento da cadeia de valor

Tópico: Governança da Sustentabilidade



Não conforme

A indústria não possui metas para que toda sua cadeia de valor esteja certificada no Programa ESG-FIEC.

0



Iniciante

A indústria possui metas para que a sua cadeia de valor possua certificações que englobem aspectos de sustentabilidade e ESG, seja o Programa ESG-FIEC, seja outro padrão sujeito à auditoria de terceira parte.

4



Sensibilizada

A indústria definiu e está a aplicar que 50% de seus terceirizados regulares estejam certificadas no Programa ESG-FIEC até 2025 e a totalidade (100%) até 2030. As metas são públicas, claras e amplamente comunicadas aos stakeholders.


6



Consciente

Além de atender ao nível anterior, a indústria incluiu, junto aos seus terceirizados, os fornecedores regulares de matérias-primas e insumos.

8



Engajada

A indústria definiu e está a aplicar que 100% de seus fornecedores e terceirizados regulares estejam certificados no Programa ESG-FIEC até 2025. As metas são públicas, claras e amplamente comunicadas aos stakeholders.

10

Descrição

É imperativo que as indústrias estabeleçam metas relevantes de curto e de médio prazo para que toda sua cadeia de valor estabelecida no Estado do Ceará esteja certificada no Programa ESG-FIEC. Os esforços de uma parte para aplicar as boas práticas de sustentabilidade e ESG acabarão por facilitar os processos de certificação de todas as demais partes que com ela se relacionam. Propõe-se que as indústrias participantes do Programa ESG-FIEC cooperem entre si, desde o auxílio mútuo durante os processos de certificação, até mesmo a publicação de benchmarking, promovendo intercâmbio de experiências e contribuindo para a disseminação das melhores práticas de sustentabilidade e ESG. As empresas podem vir a priorizar, fazer negócios e estabelecer parcerias com membros do Programa.

Orientações: (i) Para fins deste Programa, entende-se por “regulares” os fornecedores e terceirizados que forneceram ou prestaram serviços de forma ativa e continuada à empresa em processo de certificação nos últimos 12 (doze) meses, a contar da data da realização destes levantamentos; (ii) Fornecedores que não sejam elegíveis para certificação do Programa ESF-FIEC, em função de não operarem no Estado do Ceará, não devem ser contabilizados.

Verificação

O compromisso com as metas de engajamento da cadeia de valor deve constar em documento escrito, servindo de evidência para conformidade deste indicador, juntamente a outros documentos que comprovem que o compromisso é público e que foi comunicado de forma clara e ampla aos stakeholders, em especial terceirizados e/ou fornecedores.

GG 05: Ética e Conduta

Tópico: Compliance



Não conforme

A indústria não possui um Código de Ética e Conduta instituído.

0



Sensibilizada

A indústria possui um Código de Ética e Conduta instituído e aprovado pela alta direção, porém não capacita seus colaboradores sobre o Código, apenas faz a divulgação interna.


6



Consciente

A indústria possui um Código de Ética e Conduta instituído e aprovado pela alta direção, capacita seus colaboradores sobre o tema, porém, não realiza divulgação para o público externo.

8



Engajada

A indústria possui um Código de Ética e Conduta instituído e aprovado pela alta direção e capacita seus colaboradores sobre o tema, além de realizar a divulgação para o público externo.

10

Descrição

O Código de Ética e de Conduta tem por funcionalidade definir os princípios e os valores que devem nortear o comportamento e as ações dos colaboradores e das partes interessadas de uma organização. Este documento é de suma importância, pois tem a capacidade de orientar o comportamento dos colaboradores para com a missão, a visão e os objetivos da organização.

Verificação

Deverá estar à disposição do Auditor o Código de Ética e Conduta da organização, atualizado e aprovado pela alta direção. Também são válidas as evidências de divulgação dela às partes interessadas (links de sites e intranet, atas de treinamento, slides de apresentação, vídeos, relatórios de sustentabilidade etc.).

GG 06: Concorrência Leal

Tópico: Compliance



Não conforme

A indústria não possui uma Política de Concorrência Leal instituída.

0



Sensibilizada

A indústria possui uma Política de Concorrência Leal instituída.


6



Consciente

Além de atender ao nível anterior, a indústria capacita os colaboradores que desempenham atividades correlacionadas aos riscos de violação da legislação e da política de concorrência leal.

8



Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria dissemina com a sua cadeia de valor a sua Política de Concorrência Leal, engajando fornecedores e terceirizados a adotar boas práticas em relação a este tema.

10

Descrição

A indústria deve seguir os princípios de concorrência leal, desenvolvendo ações preventivas e de repressão à pirataria, cópia, sonegação, fraude, corrupção e concorrência desleal. Estes princípios devem ser explicitados na forma de uma política de concorrência leal documentada. Esta política deve eleger os princípios básicos da companhia em relação ao tema, tais como os exemplos a seguir: (i) Respeitar a livre concorrência de mercado; (ii) Respeitar a livre escolha do mercado; (iii) Não obter benefícios em detrimento dos competidores ou através de meios ilícitos; (iv) Combater a sonegação fiscal; e (v) Envolver político responsável. Importante ressaltar que, conforme a Lei Federal nº 9.279/1996, arts. 195 a 210, concorrência desleal é crime, punível com detenção de 03 (três) meses a 01 (um) ano.

Verificação

Deverá ser disponibilizada a política de concorrência leal, que pode ser um documento isolado ou estar incluído noutras políticas da empresa, tal como o Código de Ética e Conduta, desde que de forma clara aborde aos tópicos descritos neste indicador. Também são válidas as evidências de divulgação dela às partes interessadas (atas de treinamento, slides de apresentação, vídeos, relatórios de sustentabilidade etc.).

GG 07: Anticorrupção e Antissuborno

Tópico: Compliance



Não conforme

A indústria não possui uma Política Anticorrupção e Antissuborno instituída.

0



Sensibilizada

A indústria possui uma Política Anticorrupção e Antissuborno instituída, porém não capacita os colaboradores sobre o tema.


6



Consciente

A indústria possui uma Política Anticorrupção e Antissuborno instituída, capacita os colaboradores que desempenham atividades correlacionadas que ofereçam risco significativo à violação destas normas, e realiza a divulgação para a cadeia de valor.

8



Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria divulga publicamente sua Política Anticorrupção e Antissuborno, por meio de seu site ou outros meios de comunicação massiva.

10

Descrição

A corrupção está ligada a impactos negativos de natureza econômica, ambiental, social e cultural, como pobreza em economias de transição, condições precárias de saneamento básico, abuso de direitos humanos, alocação indevida de recursos públicos, condições precárias dos sistemas públicos de saúde e de educação, dentre diversos outros fatores. No Brasil, a Lei Nº 12.846/2013 dispõe sobre o tema, bem como seu regulamento (Decreto Nº 8.420/2015). Normas internacionais e de outros países pioneiros na normatização do assunto, como os EUA (FCPA, Sarbanes Oxley [SOX]), também servem de referência, sobretudo para as companhias com atuação no mercado externo. Além dos riscos legais, o tema também é sensível quanto à reputação das instituições. É facultado às instituições que as Políticas de Ética e Conduta, Anticorrupção e Antissuborno e Concorrência Leal estejam consolidadas num mesmo documento.

Recomendação: É imperativo que a indústria observe o que está disposto no art. 41 do Decreto Nº 8.420/2015, instituindo um programa de integridade, o qual consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes.

Verificação

Deverá estar à disposição do Auditor a Política Anticorrupção e Antissuborno, que pode ser um documento isolado ou estar incluído noutras políticas da empresa, tal como o Código de Ética e Conduta, desde que de forma clara aborde os tópicos descritos neste indicador. Registros de divulgação e/ou atas de treinamentos realizados também são evidências válidas, quando aplicável.

GG 08: Lei Geral de Proteção de Dados

Tópico: Compliance



Não conforme

A indústria não dispõe de política corporativa e procedimentos com a finalidade de garantir que as informações pessoais sejam tratadas em conformidade com a legislação de proteção de dados pessoais.

0



Iniciante

A indústria dispõe de política corporativa e procedimentos com a finalidade de garantir que as informações pessoais sejam tratadas em conformidade com a legislação de proteção de dados pessoais.

OBRIGATÓRIO


0



Sensibilizada

Além de atender ao nível anterior, a indústria realiza diagnóstico de suas atividades, mapeando não conformidades e oportunidades de melhoria em relação à LGPD, estando a elaborar e/ou executar plano de ação.


6



Consciente

Além de atender ao nível anterior, as ações realizadas pela indústria para conformidade com a LGPD incluem um programa de capacitação dos colaboradores acerca dos conceitos da legislação e dos riscos relacionados.

8



Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria impõe à sua cadeia de valor a conformidade com a LGPD, realizando monitoramento em algum grau deste cumprimento (auto-declaração ou outras formas).

10

Descrição

A Lei nº 13.709/2018, denominada Lei Geral de Proteção de Dados, também conhecida pela sigla LGPD, regulamenta as atividades de tratamento de dados pessoais de pessoas naturais, tendo como finalidades principais a garantia da proteção à liberdade, à privacidade, à inviolabilidade da intimidade e à transparência sobre a coleta e à utilização de dados dos cidadãos, realizados pelo setor público e privado.

Considerando os significativos riscos que o tratamento inadequado de dados pessoais oferece, as empresas devem revisar seus processos internos e implementar medidas de adequação e atendimento contínuo à LGPD, sob pena de colocar em risco a perenidade do negócio, bem como a reputação da marca perante o mercado.

Verificação

Para atendimento a este indicador é recomendado que sejam apresentadas as políticas e procedimentos aplicáveis, tais como registros de treinamentos, workshops e outros eventos relacionados à capacitação dos colaboradores para com estes documentos. Caso aplicável, apresentar procedimentos, atas de reunião, relatórios, diagnósticos, print screen de telas de sistema e outros que evidenciem a adoção de medidas para atendimento da LGPD.

GG 09: Identificação e seleção dos stakeholders (partes interessadas)

Tópico: Engajamento de stakeholders

	<div>Não conforme</div> <p>A indústria não identifica suas principais partes interessadas (stakeholders).</p> <div>0</div>
	<div>Consciente</div> <p>A indústria identifica suas principais partes interessadas (stakeholders), registrando de forma documentada e atualizando com periodicidade, no mínimo, bianual.</p> <div>8</div>
	<div>Engajada</div> <p>Além de atender ao nível anterior, a indústria homologa na Alta Administração (Conselho de Administração, Comitê Gestor ou outros) o mapeamento dos stakeholders e as lideranças dentro destes grupos que servirão de ponto focal para contato.</p> <div>10</div>

Descrição

A indústria deve definir os principais grupos de partes interessadas, tanto internas quanto externas à organização, que estejam ligadas direta ou indiretamente à sua atividade econômica. São exemplos de stakeholders: (i) Clientes; (ii) Fornecedores; (iii) Colaboradores; (iv) Governo; (v) Sindicatos; (vi) Comunidades locais; (viii) Prestadores de serviços em geral; e (ix) Acionistas, e provedores de capital (bancos e outros), Governo e Órgãos Reguladores. São ações típicas de identificação e seleção de stakeholders: (a) Mapeamento dos stakeholders, identificando seu grau de interesse e influência sobre a indústria, o que deve ser revisado de forma periódica; (b) apresentação do mapeamento por meio de lista, infográfico ou outro meio visual; e (c) definição, para cada um dos grupos de partes interessadas, interlocutores – representantes para interface e possíveis negociações, caso se faça necessário, mitigando riscos e identificando oportunidades.

Recomendação: 1. As ações relacionadas aos indicadores GS 09, 10 e 11, por tratarem da mesma temática, podem ser consolidadas sob a forma de uma Política de Relacionamento com Stakeholders. 2. A norma AA1000 Stakeholder Engagement Standard, publicada no ano de 2015 pela AccountAbility, orienta sobre o processo de engajamento das partes interessadas, e pode ser utilizada como referência para atendimento dos indicadores desta subcategoria.

Verificação

Deverá estar à disposição do auditor, documento formalizado, podendo este ser uma Política, Ata ou procedimento documentado apresentando as partes interessadas definidas, bem como o método utilizado para mapeamento, se for o caso.

GG 10: Engajamento de stakeholders (partes interessadas)

Tópico: Engajamento de stakeholders

	<div>Não conforme</div> <p>A indústria não define métodos e/ou canais de comunicação para engajamento de seus stakeholders.</p> <div>0</div>
	<div>Consciente</div> <p>A indústria tem métodos e/ou canais de comunicação para engajamento de stakeholders definidos e em execução.</p> <div>8</div>
	<div>Engajada</div> <p>Além de atender ao nível anterior, os resultados do engajamento com um ou mais grupos de partes interessadas são analisados de forma sistemática, interpretados e relatados à alta administração.</p> <div>10</div>

Descrição

Mapeados os stakeholders, a indústria deverá estabelecer meios de comunicação com estes grupos, definindo quais os canais são mais apropriados para o engajamento em cada caso. A consulta e a busca pelo engajamento das partes interessadas são de suma importância para que a indústria consiga ouvir e entender quais os seus impactos positivos e negativos, bem como os riscos e oportunidades deles decorrentes. Métodos de consulta e políticas de engajamento das partes interessadas podem incluir: (i) Pesquisas em materiais setoriais (relatórios, mídia especializada, websites); (ii) Entrevistas com interlocutores e outros representantes dos grupos; (iii) Grupos de discussão, workshops e outros eventos temáticos; (iv) Reuniões e painéis na comunidade; (v) Painéis de consultoria empresarial; (vi) Comunicação escrita; (vii) Mídias sociais; e (viii) Outros mecanismos. É recomendado que a organização documente os métodos de abordagem e canais de comunicação escolhidos para engajamento das partes interessadas, tal como a frequência de comunicação para eles. Em caso de eventos, convém agendá-los com antecedência, planejando a agenda de um ciclo anual para outro.

Verificação

Deverá estar à disposição do auditor a descrição da metodologia utilizada para definir o método de abordagem para com as partes interessadas, tal como os canais de comunicação definidos e a frequência de consulta aos stakeholders. O auditor deve analisar também as evidências de execução, com atenção ao cumprimento dos prazos estabelecidos pela própria indústria.

GG 11: Definição do escopo de materialidade

Tópico: Engajamento de stakeholders

	<div>Não conforme</div> <p>A indústria não define o seu escopo de materialidade (quais são os tópicos materiais).</p> <div>0</div>
	<div>Sensibilizada</div> <p>A indústria define o seu escopo de materialidade (quais são os tópicos materiais).</p> <div>6</div>
	<div>Consciente</div> <p>Além de atender ao nível anterior, a indústria possui procedimento documentado, descrevendo a metodologia utilizada.</p> <div>8</div>
	<div>Engajada</div> <p>Além de atender ao nível anterior, as lideranças da indústria são informadas a respeito e capacitadas a desenvolverem projetos e ações relacionados aos riscos e oportunidades decorrentes de cada tópico.</p> <div>10</div>

Descrição


Após definidas as principais partes interessadas no negócio tal como a metodologia de abordagem e consulta para com cada uma delas, deverá ser dado início ao processo de definição dos tópicos (temas) materiais para a indústria. Tópicos materiais são os temas cujos impactos relacionados à organização são significativos, isto é, que oferecem riscos reais para a companhia no curto, médio e/ou no longo prazo. Tópicos materiais também estão relacionados aos temas que oferecem oportunidades à companhia, os quais – se desenvolvidos – podem gerar valor à indústria. A definição dos tópicos materiais permite às organizações concentrar recursos (humanos, tempo e capital) em assuntos que de fato ofereçam riscos ou oportunidades, maximizando os resultados alcançados. Uma combinação de fatores externos e internos pode ser considerada durante o processo de definição da materialidade. A perspectiva da indústria inclui seu propósito, missão, visão e as estratégias competitivas, tais como as preocupações expressas diretamente pelas partes interessadas internas. Sugere-se que, para a estruturação da Matriz de Materialidade, sejam realizadas pesquisas ou consultas com as partes interessadas, de acordo com metodologias de abordagens já definidas em GS 09. Durante o processo, as partes interessadas podem ser convidadas a responder sobre quais os aspectos, nas dimensões econômica, ambiental e social, são considerados por eles mais relevantes. Para a definição da materialidade também tem-se como boa prática a realização de benchmarking setorial.

Verificação

Deverá estar à disposição do auditor, documentação evidenciando os tópicos (temas) materiais da indústria, tal como descrição dos procedimentos adotados para obtenção dos resultados. Deverão estar disponíveis para consulta do Auditor registros das consultas realizadas com as partes interessadas para definição dos tópicos materiais, tal como registro de outros métodos utilizados, quando aplicável.

GG 12: Desdobramento da Política de Sustentabilidade em metas e indicadores


Tópico: Gestão Estratégica da Sustentabilidade



Não conforme

A indústria não possui indicadores quantitativos e nem define metas para atingimento.


0



Iniciante

A indústria possui indicadores quantitativos básicos, em ao menos 1 dos pilares ESG, mas não possui metas e não há uma vinculação com os objetivos estratégicos da Política de Sustentabilidade.


4



Sensibilizada

A indústria possui indicadores quantitativos e metas, os quais estão vinculados com os objetivos estratégicos da Política de sustentabilidade.


6



Consciente

Além de atender ao nível anterior, a indústria dispõe de planos de ação e projetos elaborados e em execução para o alcance de ao menos 1 das metas definidas.

8



Engajada

Além de atender ao nível anterior, o alcance das metas reflete positivamente no programa de participação de lucros e/ou resultados da companhia, no mínimo, para os cargos de Diretoria e/ou Gerência, sendo um dos critérios de avaliação.

10

Descrição

A Política de Sustentabilidade deve ter seus desdobramentos, ou seja, deve haver formas de demonstrar o que está escrito é de fato levado em consideração pela indústria nas suas atividades. Daí a grande importância de ter objetivos estratégicos e metas quantitativas. Os objetivos estratégicos definidos na Política de Sustentabilidade devem ser desdobrados em metas e em seus respectivos indicadores quantitativos, os quais são essenciais para gerir o desempenho. Os indicadores devem ser regularmente alimentados, sendo os dados extraídos de fontes seguras e precisas.

Verificação

Deverão estar à disposição do Auditor evidências das metas estabelecidas para os objetivos, como planilhas de controle e monitoramento de indicadores, tais como registros de análise, planos de ação e relatórios de melhorias realizadas, caso aplicável.

GG 13: Capacitação e desenvolvimento das lideranças

Tópico: Gestão Estratégica da Sustentabilidade



Não conforme

A indústria não realiza ações de capacitação e desenvolvimento da sustentabilidade com as suas lideranças.

0



Iniciante

A indústria realiza ações de capacitação e desenvolvimento, dentro da temática da sustentabilidade, com as suas lideranças, ainda que as ações (treinamentos, workshops) sejam conduzidas por colaboradores da própria indústria.

4



Sensibilizada

Além de atender ao nível anterior, a indústria propicia e custeia aos líderes qualificação em instituições de ensino externas, ou investem na realização de eventos de capacitação com especialistas e consultorias especializadas.


6



Consciente

Além de atender ao nível anterior, a indústria estende o desenvolvimento à parte das lideranças de seus principais fornecedores e/ou terceirizados, que recebem treinamentos ou participam de eventos que agregam conhecimentos e possibilitam a geração de valor para ambas as partes.

8



Engajada

Além de atender ao nível anterior, há evidências que apontam que a cultura da sustentabilidade está consolidada em diversos dos setores e níveis hierárquicos da indústria. Entrevistas com as lideranças evidenciam que a consideração dos impactos ambientais e sociais está incorporada ao processo de tomada de decisões.

10

Descrição


A sustentabilidade corporativa é um conceito complexo, com múltiplas facetas, todas elas voltadas para promover o sucesso e a perenidade dos negócios. Muitas das temáticas de sustentabilidade e ESG em discussão hoje, como os conceitos de economia circular e de baixo carbono, são cruciais para a continuidade dos negócios. Somente quando consolidada como uma cultura corporativa, a sustentabilidade alcança seu máximo potencial de gerar transformações positivas numa organização. Neste contexto, a sustentabilidade redesenha os processos de tomada de decisão em todos os níveis da empresa, fazendo com que aspectos ambientais e sociais sejam sopesados em pé de igualdade com os financeiros, seja numa decisão operacional ou estratégica. Para que a cultura da sustentabilidade seja consolidada numa organização, é crucial capacitar e desenvolver as lideranças. Colaboradores líderes de todos os setores da indústria devem assimilar os conceitos de sustentabilidade e ESG, dominar as estratégias da companhia em relação ao assunto, estando engajados com o tema, para então cumprir a missão de disseminar a cultura e gerenciar ações para o alcance dos objetivos e metas.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor os registros dos treinamentos, workshops e eventos realizados. Acesso a plataformas online de educação ambiental (certificados e relatórios são evidências úteis). Poderão ser realizadas entrevistas com as lideranças.

GG 14: Divulgação das práticas ESG


Tópico: Reporte



Não conforme

A indústria não elabora informativos de práticas ESG. Como informativos podem ser entendidos materiais de marketing divulgando práticas ESG, por meio de postagens em redes sociais, materiais impressos e websites.

0



Iniciante

A indústria elabora informativos de práticas ESG, sem periodicidade e padrão definido. Os canais utilizados são postagem em redes sociais ou menções em materiais impressos e websites.


4



Sensibilizada

A indústria divulga suas práticas ESG com periodicidade definida (Ex.: anual, bianual etc.), num formato consolidado e trazendo informações de natureza ambiental, social e de governança, incluindo ou não a dimensão econômica, mas sem seguir metodologia definida internacionalmente reconhecida.


6



Consciente

A indústria divulga suas práticas ESG por meio de Relatório com periodicidade definida (ex. anual, bianual etc.), seguindo metodologias internacionalmente reconhecidas, como GRI, SASB ou IIRC.

8



Engajada

Além de atender ao nível anterior, o relatório é verificado por terceira parte – organismo de certificação acreditado, em conformidade com os critérios da norma aplicada.

10

Descrição


A indústria deve reportar periodicamente, de forma clara e transparente, suas práticas ESG. Há vários meios e canais passíveis de serem utilizados para levar essas informações aos stakeholders. Recomenda-se que sejam observadas metodologias internacionalmente reconhecidas, como GRI, SASB e IIRC. Dessa forma, os critérios e indicadores reportados a cada ciclo são padronizados, facilitando a comparabilidade e o planejamento.

Verificação

Deverão ser disponibilizados para consulta do auditor registros de informes e/ou relatórios atualizados contendo informações de sustentabilidade e ESG. Em caso de relatório submetido à auditoria de terceira parte, devem ser fornecidos os certificados e relatórios de avaliação ao auditor.

GG 15: Prevenção à maquiagem verde (greenwashing)


Tópico: Reporte



Não conforme

A indústria não possui nenhuma ação planejada de prevenção ao greenwashing.


0



Sensibilizada

A indústria possui um procedimento operacional, escrito e formalizado, para prevenção ao greenwashing.


6



Consciente

Além de atender ao nível anterior, a indústria realiza treinamentos periódicos com os seus colaboradores da área de marketing e agências que regularmente lhe prestam serviços, para conscientização sobre greenwashing e as regras da indústria.

8



Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria demonstra estar preparada tecnicamente para responder a acusações sobre greenwashing, seja de parte de consumidores, do poder público, seja de outros stakeholders.

10

Descrição

Estratégias de marketing para comunicar que determinados produtos são “ecológicos” ou “sustentáveis” são cada vez mais comuns. A depender do grau de maturidade da organização e de seus colaboradores em relação ao tema sustentabilidade e ESG, pode ocorrer a interpretação indevida de conceitos, comunicando de forma equivocada os stakeholders sobre os atributos ambientais e/ou de sustentabilidade de um produto. O uso da expressão “sustentável” ou similares pressupõe que a companhia avançou sobre todas as dimensões da sustentabilidade – social e econômica, e não apenas nos aspectos ambientais. Por exemplo, um calçado não é sustentável caso não haja evidências de que o processo produtivo é livre de trabalho infantil e/ou análogo ao escravo, ainda que seja produzido integralmente com materiais reciclados. O uso inadequado de atributos ambientais ou de sustentabilidade para fins de marketing e publicidade de um produto ou serviço é denominado internacionalmente de greenwashing, ou “maquiagem verde”. O CONAR – Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária, no Anexo U – Apelos de Sustentabilidade, do Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, regulamenta a questão e deve ser observado.

Orientação: A capacitação relativa ao greenwashing não precisa ser realizada de forma isolada, ela pode ser um dos tópicos de treinamentos, workshops e/ou outros tipos de eventos de capacitação ou encontros com fornecedores.

Verificação

Deverão ser disponibilizadas evidências como atas de treinamento, workshops ou reuniões, com identificação dos participantes, cópias de apresentações sobre o assunto, ou certificados de participação em eventos externos.

GG 16: Certificações e Reconhecimento

Tópico: Reconhecimento

	<div>Não conforme</div> <p>A indústria não possui certificações e nem recebeu premiações e/ou reconhecimentos por parte de clientes ou organizações civis, relacionados à ESG ou Sustentabilidade.</p> <div>0</div>
	<div>Consciente</div> <p>A indústria recebeu premiações e/ou reconhecimentos por parte de clientes ou organizações civis, relacionados à sustentabilidade e ESG. Ex: Fornecedor/empresa destaque em sustentabilidade.</p> <div>8</div>
	<div>Engajada</div> <p>A indústria possui uma ou mais certificações renomadas nas áreas de ESG ou sustentabilidade, tais como: Sistema B, ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001, ISO 37.001 e Programa Origem Sustentável.</p> <div>10</div>

Descrição

A indústria possui certificações e/ou recebeu outros tipos de reconhecimentos, como prêmios ou comendas relativamente a sua atuação em ESG ou sustentabilidade.

Orientação: As premiações, reconhecimentos e/ou certificações não precisam necessariamente cobrir todas as áreas do ESG. Elas podem dizer respeito a aspectos, por exemplo, de uma única dimensão, desde que sinalizem que a empresa é reconhecida como referência naquele determinado tema para seus stakeholders. Para fins de atendimento ao nível “Engajada”, serão consideradas apenas as certificações em vigor e emitidas através de processos de auditorias de terceira parte.

Verificação

Deverão ser disponibilizadas evidências de certificados e/ou reconhecimentos recebidos pela organização. No caso de premiações, elas devem ter ocorrido em até dois anos anteriores à data de auditoria.

GG 17: Planejamento estratégico

Tópico: Governança e Estratégia



Não conforme

A indústria não possui processo institucionalizado de planejamento estratégico.

0



Sensibilizada

A indústria possui processo institucionalizado de planejamento estratégico, definindo objetivos, metas e indicadores para todos os seus pilares estratégicos.


6



Consciente

Além de atender ao nível anterior, a indústria incluiu a sustentabilidade como um dos pilares estratégicos da organização.

8



Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria possui registros de análises críticas realizadas para acompanhamento dos resultados.

10

Descrição

Planejamento estratégico é um instrumento de gestão por meio do qual a organização realiza uma autoanálise, revisita sua visão e avalia cenários para definir sua proposta de sucesso futuro, em curto, médio e/ou longo prazo. Objetivos estratégicos e metas das companhias em regra derivam do seu planejamento estratégico, bem como os projetos e planos de ação elaborados e postos em execução para alcançá-los. Uma indústria que faz uso sistemático da ferramenta de planejamento estratégico, bem como executa de forma eficaz os projetos e planos de ação dele decorrentes, é muito mais propensa a resistir a crises e danos decorrentes de riscos do negócio, em função da maior probabilidade de antever cenários críticos e adotar medidas preventivas. Pelo mesmo fator, a companhia tende a estar mais preparada para aproveitar oportunidades.

Recomendações: Existem diversas metodologias para a realização do planejamento estratégico. Uma das mais utilizadas mundialmente é a denominada Balanced Scorecard (BSC).

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor evidências do processo de planejamento estratégico implementado pela organização, como por exemplo, a matriz de indicadores estratégicos utilizada pela indústria. Quando aplicável, também deverão ser apresentados registros de análises críticas realizadas, tais como as planilhas utilizadas para monitoramento dos indicadores.

GG 18: Estrutura de Governança

Tópico: Governança e Estratégia



Não conforme

A indústria não possui organograma definindo a estrutura de gestão e os níveis hierárquicos.

0



Sensibilizada

A indústria possui um organograma que define a estrutura de gestão e de reporte da empresa. Este organograma é de livre acesso interno – colaboradores da companhia.


6



Consciente

Além de atender ao nível anterior, a indústria reporta em seu relatório de sustentabilidade o organograma, ou o disponibiliza publicamente.

8



Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria possui procedimento estabelecido para revisão periódica da arquitetura organizacional.

10

Descrição

Este indicador sinaliza o quão madura é a arquitetura organizacional de uma indústria. Quanto maior a indústria, mais complexa se torna a sua organização. Um processo contínuo de revisão da arquitetura organizacional contribui para uma companhia enxuta, sem níveis hierárquicos e processos desnecessários, custos e distorções improdutivas.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor documentos comprobatórios evidenciando o organograma, com os níveis hierárquicos da organização e demais informações e documentos sobre a arquitetura organizacional da companhia. Em caso de procedimento estabelecido para revisão periódica, deverá ser disponibilizado o acesso ao auditor.

ODS relacionado



GG 19: Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Tópico: Inovação, pesquisa e desenvolvimento



Não conforme

A indústria não investe recursos em P&D.

0



Iniciante

A indústria investe recursos em P&D, por meio de programas e projetos internos e/ou envolvendo parceiros externos (Universidades, instituições científicas, cadeia de valor).

4



Sensibilizada

A indústria possui um setor específico de P&D, com profissionais dedicados exclusivamente à atividade, e rubrica no orçamento e/ou investimentos anuais direcionados especificamente para essa temática.


6



Consciente

Além de atender ao nível anterior, a indústria desenvolve programas e projetos internos e/ou envolvendo parceiros externos (Universidades, instituições científicas, cadeia de valor).

8



Engajada

Além de atender ao nível anterior, a indústria realiza, individual ou coletivamente com outras companhias e entidades, programas de seleção e investimento para aceleração de startups, visando gerar valor, mesmo que a solução não esteja diretamente relacionada à sua área de atuação.

10

Descrição

Um dos principais fatores ao qual está atrelada a perenidade de uma indústria é a capacidade de melhorar continuamente seus processos, produtos e serviços. Novas tecnologias e tendências surgem com cada vez mais velocidade, e as indústrias que não se mantêm atualizadas acabam se tornando obsoletas. Por outro lado, quem lidera o mercado são as indústrias que ditam essas tendências, sendo as pioneiras no lançamento de novos produtos e tecnologias.

O Programa ESG-FIEC estimula que as indústrias invistam em pesquisa e desenvolvimento, seja por meio de setores de P&D inseridos em sua arquitetura organizacional, seja por meio da cooperação em projetos com parceiros externos.

Orientação: Este indicador não está direcionado exclusivamente para pesquisa e desenvolvimento que envolvam impactos ambientais e sociais, mas sim a qualquer inovação ou melhoria em processo, produto ou serviço que garanta à indústria um diferencial competitivo e que, obviamente, não ofenda as premissas ESG e de sustentabilidade.

Verificação

Deverão ser disponibilizados ao auditor relatórios de investimentos em P&D, registros dos colaboradores do setor e orçamento, se houver, bem como relatórios, notas fiscais e outras evidências que comprovem pesquisas e projetos realizados, tanto internos quanto externos.

ODS relacionado



GG 20: Inovação e ESG

Tópico: Inovação, pesquisa e desenvolvimento



Não conforme

A indústria não desenvolve projetos de inovação focados em impactos ambientais e/ou sociais.

0



Iniciante

A indústria desenvolve um ou mais projetos de inovação em produtos, processos e/ou serviços, no(s) qual(is) os impactos nas dimensões ambiental e social são claramente analisados e tratados, em equilíbrio com a dimensão econômica.

4



Sensibilizada

Além de atender ao nível anterior, a indústria capacita os colaboradores ligados às áreas de P&D e inovação, sobre as tendências e aspectos técnicos de projetos ambientais e sociais, estimulando que seus projetos e ações promovam estes conceitos.


6



Consciente

Além de atender ao nível anterior, a indústria possui uma política formalizada de estímulo a inovações com foco ambiental e social. Esta política deve ser direcionada não só para o público interno, mas para toda a cadeia de valor, em especial fornecedores.

8



Engajada

Além de atender ao nível anterior, ao menos um dos projetos de inovação da indústria foi reconhecido em premiações setoriais, de clientes ou de instituições públicas e privadas renomadas.

10

Descrição


A relação entre inovação e ESG ganha maior dimensão quando as indústrias assumem o desafio de suas transformações em produtos, processos e serviços, resultando em significativa geração de valor ambiental, social e econômico, concomitantemente. A título exemplificativo, diversos novos produtos estão sendo desenvolvidos a partir dos materiais ambientalmente responsáveis, como resíduos de outros processos industriais, materiais decorrentes de produção orgânica, em substituição a materiais que tenham origem em combustíveis fósseis e/ou com significativo potencial poluidor. Os conceitos de economia circular e de baixo carbono devem permear as iniciativas neste sentido (ambiental). Deve-se atentar para que um produto ou processo inovador em matéria ambiental não seja negligente com aspectos sociais, econômicos e/ou culturais. Exemplos disso são linhas de calçados ecológicos sendo produzidas em unidades industriais não sujeitas a controle quanto ao trabalho infantil e/ou análogo ao escravo, ou então um laminado sintético à base de resíduos, mas que não atende a mínimos requisitos de qualidade (conforto, durabilidade). Este indicador, portanto, busca evidenciar às partes interessadas a forma como a indústria trata o tema Inovação e ESG, tanto internamente quanto em relação à cadeia de valor.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor os documentos relacionados aos projetos, tais como memoriais descritivos, relatórios, amostras, dentre outros. Quanto à capacitação, são válidas evidências como atas de eventos internos e externos, e cópias de apresentações. A Política de Inovação pode ser um documento isolado ou estar inclusa noutras políticas da organização. Os certificados de premiações devem ser fornecidos, se for o caso.

GG 21: Índice de Transparência e Governança Corporativa


Tópico: Transparência



Não conforme

A organização não realiza análises e nem divulga informações relevantes da operação financeira e de gestão para nenhuma partes interessada.


0



Sensibilizada

A organização mapeia, analisa e divulga internamente, informações relevantes da operação financeira, de gestão e como se relaciona com os stakeholders


6



Consciente

Além de atender o nível anterior, a indústria mede o impacto das ações de implementação de transparência na Governança Corporativa por meio de relatórios periódicos e reuniões estratégicas, com o objetivo de monitorar e garantir o desenvolvimento das políticas dentro da organização, demonstrando também para seus stakeholders externos.

8



Engajada

Além de atender o nível anterior, a indústria divulga amplamente com os públicos externos por meio de relatórios, além de desenvolver ações e treinamentos de capacitação junto aos fornecedores, medindo o impacto destas ao longo do tempo, gerando maior engajamento.

10

Descrição

Este indicador mede o nível de transparência e governança corporativa de uma empresa, conforme orientações do IBGC e instituições de referência. Ele pode incluir métricas como a divulgação de informações financeiras, a estrutura do conselho de administração, a existência de comitês de governança e seu funcionamento aplicado à transparência de informações, participação de conselheiros independentes, e a divulgação de relatórios anuais de governança. Com base no desenvolvimento contínuo das empresas, recomenda-se o comprometimento com os princípios da governança corporativa.

Verificação

A organização deverá apresentar a metodologia de divulgação e avaliação de transparência das informações relevantes e acessíveis às partes interessadas e quais as práticas de gestão de processos que são conduzidas dentro do modelo de governança operacional e financeira.

GG 22: Eficiência do controle e mitigação dos riscos

Tópico: Transparência



Não conforme

A organização não mapeia seus riscos e não possuem diretrizes formalizadas para mitigar e solucionar os mesmos.

0



Iniciante

A indústria possui mapeamento dos seus principais riscos organizacionais e estabelece ações com o objetivo de mitigar o impacto do riscos.

4



Sensibilizada

Além do nível anterior, a indústria realiza reuniões estratégicas para tratar sobre os devidos temas com o objetivo de estabelecer planos de ações e utiliza de procedimentos formalizados.


6



Consciente

Além de atender o nível anterior, a indústria realiza ações para mitigação de seus riscos e realiza o monitoramento dos mesmos por meio de ferramentas ou indicadores.

8



Engajada

Além de atender o nível anterior, a indústria identifica os principais riscos externos junto à direção, com estruturas de conselho e comitês com periodicidade mínima anual. Como também realiza o mapeamento dos principais temas pertinentes junto aos seus fornecedores para elaboração de tratativas eficazes.

10

Descrição

Este indicador avalia o compromisso nos processos de análise por meio de mapeamentos dos principais riscos da organização nos pilares do ESG, utilizando de ferramentas, metodologias, comitês e conselhos para uma visão estratégica voltada para a redução dos riscos que afetam interna e externamente a estrutura organizacional como um todo. No qual, é necessário que exista uma análise crítica quanto aos pontos observados para integrar entre todas as partes interessadas as melhores tratativas, promovendo uma interação eficiente e eficaz entre os processos decisivos da alta gestão com os comitês e conselhos, promovendo crescimento econômico e aporte de melhorias e oportunidades para as demais atividades pertinentes de sustentabilidade nas empresas.

Verificação

Deverá ser demonstrado para o auditor registros de atas de reunião de análise crítica, apresentações de planejamento estratégico, mapeamentos de riscos e oportunidades, relações entre os comitês e conselhos, como também podem ser apresentadas evidências de workshops e projetos que foram aprovados e realizados para mitigação dos riscos mapeados.



PROGRAMA ESG-FIEC

Caderno Geral de Indicadores

